

PetroRecôncavo S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Setembro de 2021.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
PetroRecôncavo S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da PetroRecôncavo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações trimestrais, a qual menciona que, em decorrência das características das operações da Companhia e de suas controladas, elas concentram suas vendas para um único cliente, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Conseqüentemente, qualquer interpretação ou análise dessas informações trimestrais individuais e consolidadas devem levar em consideração essas circunstâncias.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34.

Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Salvador, 10 de novembro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020			30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	336.786	11.663	392.406	30.861	Fornecedores	9	44.378	49.022	65.658	80.089
Aplicações financeiras	3	712.709	9.993	764.069	66.414	Salários e encargos sociais		21.143	12.002	28.402	16.065
Contas a receber de clientes	4	49.426	52.578	165.001	108.733	Tributos a recolher		6.613	14.083	51.170	22.762
Estoques		-	127	1.011	1.211	Empréstimos e financiamentos	10	13.188	1.355	268.087	212.931
Dividendos a receber	16	304	304	-	-	Valores a pagar de arrendamentos	22	7.503	5.995	11.782	15.241
Impostos a recuperar	5	19.533	13.457	46.645	22.433	Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	211.860	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	80.506	Dividendos a pagar	15.6	2	2	2	2
Outros ativos		7.307	11.161	7.132	12.826	Provisão para abandono de poços	13	-	-	6.301	6.301
Total dos ativos circulantes		1.126.065	99.283	1.376.264	322.984	Outras contas a pagar		127	1.168	18.209	1.170
						Total dos passivos circulantes		92.954	83.627	661.471	354.561
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	3	-	-	68.622	68.597	Empréstimos e financiamentos	10	602	1.379	519.872	681.109
Partes relacionadas	16	-	20.460	-	-	Valores a pagar de arrendamentos	22	2.355	5.100	2.816	7.646
Impostos a recuperar	5	493	14	8.895	562	Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	236.619	17.886
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	56.576	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12	3.745	4.965	3.745	4.965
Depósitos judiciais	6	2.514	2.237	2.588	2.311	Provisão para abandono de poços	13	11.919	10.914	38.732	33.810
Outros ativos		274	475	274	475	Total dos passivos não circulantes		18.621	22.358	801.784	745.416
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	25.386	2.482	222.009	3.070						
Investimentos	7	410.479	560.003	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	8	380.233	386.092	1.614.191	1.599.890	Capital social	15	1.813.114	674.941	1.813.114	674.941
Direito de uso em arrendamento	22	9.998	10.528	13.865	20.680	Ações em tesouraria		(922)	-	(922)	-
Intangível		5.440	4.607	5.854	5.028	Reserva de capital		33.167	31.158	33.167	31.158
Total dos ativos não circulantes		834.817	986.898	1.936.298	1.757.189	Reservas de lucros		160.945	160.945	160.945	160.945
						Lucros acumulados		104.518	-	104.518	-
						Ajustes de avaliação patrimonial		(295.996)	78.671	(295.996)	78.671
						Transação de capital		34.481	34.481	34.481	34.481
						Total do patrimônio líquido		1.849.307	980.196	1.849.307	980.196
TOTAL DO ATIVO		1.960.882	1.086.181	3.312.562	2.080.173	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.960.882	1.086.181	3.312.562	2.080.173

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/07/2021	01/07/2020	01/01/2021	01/01/2020	01/07/2021	01/07/2020	01/01/2021	01/01/2020
		a 30/09/2021	a 30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	a 30/09/2021	a 30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
RECEITA LÍQUIDA	18	84.813	62.126	231.162	202.316	260.344	200.177	755.242	581.213
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	19	(64.237)	(47.408)	(176.899)	(152.126)	(179.203)	(118.385)	(498.632)	(358.872)
LUCRO BRUTO		<u>20.576</u>	<u>14.718</u>	<u>54.263</u>	<u>50.190</u>	<u>81.141</u>	<u>81.792</u>	<u>256.610</u>	<u>222.341</u>
RECEITAS (DESPESAS)									
Gerais e administrativas	19	(9.210)	(9.507)	(34.942)	(28.707)	(11.315)	(12.384)	(40.786)	(35.577)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	(9.512)	(1.837)	(8.185)	399	(12.888)	(2.354)	(25.333)	(1.791)
Resultado de participações societárias	7, 19	<u>(13.157)</u>	<u>8.623</u>	<u>66.080</u>	<u>(148.439)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>(31.879)</u>	<u>(2.721)</u>	<u>22.953</u>	<u>(176.747)</u>	<u>(24.203)</u>	<u>(14.738)</u>	<u>(66.119)</u>	<u>(37.368)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>(11.303)</u>	<u>11.997</u>	<u>77.216</u>	<u>(126.557)</u>	<u>56.938</u>	<u>67.054</u>	<u>190.491</u>	<u>184.973</u>
RESULTADO FINANCEIRO									
Receitas financeiras	20	4.675	1.258	15.916	1.910	5.228	5.330	26.106	9.767
Despesas financeiras	20	(1.536)	(1.430)	(5.639)	(4.383)	(22.148)	(33.518)	(76.171)	(95.109)
Variação cambial, líquida	20	<u>51.605</u>	<u>(923)</u>	<u>34.191</u>	<u>(7.077)</u>	<u>(4.220)</u>	<u>(25.600)</u>	<u>(2.190)</u>	<u>(310.791)</u>
		<u>54.744</u>	<u>(1.095)</u>	<u>44.468</u>	<u>(9.550)</u>	<u>(21.140)</u>	<u>(53.788)</u>	<u>(52.255)</u>	<u>(396.133)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS		<u>43.441</u>	<u>10.902</u>	<u>121.684</u>	<u>(136.107)</u>	<u>35.798</u>	<u>13.266</u>	<u>138.236</u>	<u>(211.160)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Corrente		(13.642)	(2.783)	(17.177)	(15.453)	(14.826)	(2.783)	(52.243)	(15.453)
Diferido		(7.381)	(1.917)	(2.844)	2.476	797	(4.141)	184	81.758
Redução - incentivo fiscal		<u>508</u>	<u>-</u>	<u>2.939</u>	<u>-</u>	<u>1.157</u>	<u>-</u>	<u>18.425</u>	<u>-</u>
	11	<u>(20.515)</u>	<u>(4.700)</u>	<u>(17.082)</u>	<u>(12.977)</u>	<u>(12.872)</u>	<u>(6.924)</u>	<u>(33.634)</u>	<u>66.305</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>22.926</u>	<u>6.202</u>	<u>104.602</u>	<u>(149.084)</u>	<u>22.926</u>	<u>6.342</u>	<u>104.602</u>	<u>(144.855)</u>
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária e preferencial - R\$	15.5	0,0923	0,0370	0,4959	(0,8883)				
Lucro (Prejuízo) diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	15.5	0,0919	0,0367	0,4932	(0,8820)				

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 30/09/2021	01/01/2020 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 30/09/2021	01/01/2020 30/09/2020
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	22.926	6.202	104.602	(149.084)	22.926	6.342	104.602	(144.855)
Instrumentos financeiros de proteção	-	(10.273)	-	9.699	(100.148)	(69.412)	(567.674)	304.726
Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros	-	3.492	-	(3.298)	34.050	23.600	193.007	(103.607)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>22.926</u>	<u>(579)</u>	<u>104.602</u>	<u>(142.683)</u>	<u>(43.172)</u>	<u>(39.470)</u>	<u>(270.065)</u>	<u>56.264</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PETRORECONCAVO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva de capital		Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio líquido da controladora	Conciliação	Total do Patrimônio líquido consolidado	
			Incentivo fiscal de redução de imposto de renda	Ações e opções de compra de ações outorgadas	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva para reinvestimento	"Hedge accounting" de fluxo de caixa	Transação de capital						
2.3															
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		669.295	-	18.501	12.657	23.187	36.423	169.480	(3.391)	34.481	304	-	960.937	860	961.797
Aumento de capital social		5.646	-	-	-	-	-	-	-	-	(304)	-	5.342	-	5.342
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	8.220	-	-	-	8.220	-	8.220
Ajuste de avaliação patrimonial de controlada		-	-	-	-	-	-	-	192.899	-	-	-	192.899	-	192.899
Recuperação de ações		-	-	-	-	-	-	(140)	-	-	-	-	(140)	-	(140)
Cancelamento de dividendos		-	-	-	-	-	-	12.894	-	-	-	-	12.894	-	12.894
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(149.084)	-	(149.084)	4.229	(144.855)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020		<u>674.941</u>	<u>-</u>	<u>18.501</u>	<u>12.657</u>	<u>23.187</u>	<u>36.423</u>	<u>182.234</u>	<u>197.728</u>	<u>34.481</u>	<u>-</u>	<u>(149.084)</u>	<u>1.031.068</u>	<u>5.089</u>	<u>1.036.157</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		674.941	-	18.501	12.657	23.187	36.423	101.335	78.671	34.481	-	-	980.196	-	980.196
Aumento de capital social	15	1.187.375	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.187.375	-	1.187.375
Exercício de opção de compra de ações	15	778	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	778	-	778
Custo para emissão de ações	15	(49.980)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.980)	-	(49.980)
Recuperação de ações	15	-	(4.001)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.001)	-	(4.001)
Venda de ações em tesouraria		-	1.539	-	-	-	-	-	-	-	-	(246)	1.293	-	1.293
Pagamento baseado em ações		-	1.540	-	-	-	-	-	-	-	-	162	1.702	-	1.702
Plano de pagamento baseado em ações	15	-	-	-	2.009	-	-	-	-	-	-	-	2.009	-	2.009
Outros resultados abrangentes de controlada	7	-	-	-	-	-	-	-	(374.667)	-	-	-	(374.667)	-	(374.667)
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104.602	104.602	-	104.602
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021		<u>1.813.114</u>	<u>(922)</u>	<u>18.501</u>	<u>14.666</u>	<u>23.187</u>	<u>36.423</u>	<u>101.335</u>	<u>(295.996)</u>	<u>34.481</u>	<u>-</u>	<u>104.518</u>	<u>1.849.307</u>	<u>-</u>	<u>1.849.307</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro		121.684	(136.107)	138.236	(211.160)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos impostos do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Juros e variações cambiais líquidas		(33.265)	321	44.927	368.565
Variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	3	-	-	364	(798)
Juros e variações cambiais sobre arrendamento mercantil	22	1.291	7.497	3.161	2.325
Depreciação e depleção do imobilizado	8	57.188	53.462	192.387	143.969
Amortização do intangível		656	533	709	533
Depreciação de direito de uso	22	5.295	8.199	13.998	13.736
Amortização do custo de aquisição de empréstimo	10	70	-	10.018	14.135
Vesting dos pagamentos baseados em ações	15.7	2.009	5.646	2.009	5.646
Pagamento baseado em ações		1.702	-	1.702	-
Provisão para perda em estoques		-	-	-	41
Equivalência patrimonial		(66.080)	148.439	-	-
Valor justo do "hedge" liquidado	14	-	-	56.841	(8.574)
Provisões e reversões líquidas para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	12	215	2.604	215	2.604
Atualização da provisão para abandono de poços	13	1.005	1.305	4.922	3.815
Baixas do imobilizado e de arrendamentos		37.753	35.131	101.435	62.055
Variações nos ativos:					
Contas a receber de clientes		3.152	(6.427)	(56.268)	(22.370)
Estoques		127	-	200	(2.112)
Impostos a recuperar		(6.555)	1.078	(19.354)	(6.302)
Depósitos judiciais		(277)	(31)	(277)	(31)
Outros ativos		4.055	269	5.895	(4.417)
Variações nos passivos:					
Fornecedores		(4.644)	(4.107)	(14.431)	9.196
Salários e encargos sociais		9.141	(5.199)	12.337	(1.975)
Impostos a recolher		(21.440)	(10.099)	14.071	(9.283)
Outras contas a pagar		(1.041)	(335)	3.848	(104)
Pagamento de contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	12	(1.435)	-	(1.435)	-
Pagamento (recebimento) de contratos de "hedge"	14	-	-	(56.841)	8.574
Juros pagos	10	(1.130)	(222)	(44.860)	(50.687)
Juros de arrendamento mercantil pago	22	(590)	(1.307)	(1.721)	(1.865)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(268)	(135)	(19.481)	(1.424)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>108.618</u>	<u>100.515</u>	<u>392.607</u>	<u>314.092</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Empréstimos para partes relacionadas		(8.690)	2.641	-	-
Recebimento de juros sobre empréstimos com partes relacionadas		-	7	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		(69.363)	-	-	-
Investimentos em aplicações financeiras		(671.224)	(52.801)	(662.919)	(147.264)
Adições ao imobilizado	8	(90.107)	(54.012)	(309.745)	(116.545)
Adições ao intangível		(465)	(1.564)	(511)	(1.225)
Aumento de capital social em controladas	7	(60.550)	-	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(900.399)</u>	<u>(105.729)</u>	<u>(973.175)</u>	<u>(265.034)</u>
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de financiamento	10	60.479	-	60.479	-
Pagamentos de financiamentos	10	(46.591)	(1.285)	(211.770)	(67.118)
Exercício de opção de ações	15.7	778	-	778	-
Amortização de arrendamento mercantil - principal	22	(6.702)	(13.753)	(16.314)	(18.671)
Aumento de capital social	15	1.187.375	5.342	1.187.375	5.342
Custo para emissão de ações	15.1	(75.727)	-	(75.727)	-
Recuperação de ações		(4.001)	(140)	(4.001)	(140)
Venda de ações em tesouraria		1.293	-	1.293	-
Caixa recebido (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>1.116.904</u>	<u>(9.836)</u>	<u>942.113</u>	<u>(80.587)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>325.123</u>	<u>(15.050)</u>	<u>361.545</u>	<u>(31.529)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	11.663	19.977	30.861	56.265
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3	336.786	4.927	392.406	24.736
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>325.123</u>	<u>(15.050)</u>	<u>361.545</u>	<u>(31.529)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Receitas:					
Serviços	18	250.312	216.109	250.312	216.109
Produtos	18	-	-	710.263	455.032
Outras		6.602	4.269	1.215	2.561
Total das receitas		<u>256.914</u>	<u>220.378</u>	<u>961.790</u>	<u>673.702</u>
INSUMOS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(19.450)	(14.605)	(40.489)	(42.388)
Recuperação (Perda) de valores ativos		(64.703)	(57.603)	(131.445)	(92.156)
Total de insumos adquiridos de terceiros		-	-	430	16
		<u>(84.153)</u>	<u>(72.208)</u>	<u>(171.504)</u>	<u>(134.528)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>172.761</u>	<u>148.170</u>	<u>790.286</u>	<u>539.174</u>
Depreciação, amortização e depleção	19	(63.139)	(62.194)	(207.094)	(158.238)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		<u>109.622</u>	<u>85.976</u>	<u>583.192</u>	<u>380.936</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras					
Resultado Equivalência patrimonial	7, 19	72.861	2.477	94.093	11.081
Total do valor adicionado recebido em transferência		66.080	(148.844)	-	-
		<u>138.941</u>	<u>(146.367)</u>	<u>94.093</u>	<u>11.081</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>248.563</u>	<u>(60.391)</u>	<u>677.285</u>	<u>392.017</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		49.490	31.688	65.242	42.905
Benefícios		11.507	8.232	20.049	13.850
FGTS		1.898	1.340	2.980	2.140
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		34.703	25.666	123.096	(21.320)
Estaduais		75	73	116.264	45.231
Municipais		9.372	6.705	9.372	6.705
Remuneração do capital de terceiros:					
Aluguéis	19	8.523	3.367	16.917	7.858
"Royalties"	19	-	-	72.412	32.289
Juros		28.393	12.027	146.348	407.214
Remuneração do capital próprio:					
Lucros (Prejuízos) incorridos		104.602	(149.489)	104.605	(144.855)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		<u>248.563</u>	<u>(60.391)</u>	<u>677.285</u>	<u>392.017</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A PetroRecôncavo S.A. (“Companhia”, “PetroRecôncavo” ou “Controladora”) atua na operação e produção de campos maduros de petróleo e gás natural no Brasil. Estabelecida no município de Mata de São João, no Estado da Bahia, foi constituída em 21 de julho de 1999, com o objetivo de, junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras S.A., através de “contrato de produção com cláusula de risco”, datado de 1º de fevereiro de 2000, realizar a reabilitação, reativação e rejuvenescimento de 12 campos de petróleo e gás “maduros” na Bacia do Recôncavo no Brasil, com prazo de vigência de vinte e sete anos contado da data de sua assinatura, prorrogável por idêntico período, a critério da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Essa atividade envolve o planejamento e execução de todas as etapas da cadeia de produção de um campo de petróleo e gás, tais como o estudo de reservatório, execução de programas de intervenção, acompanhamento e controle da produção, incluindo medição, transporte e manuseio da produção.

Em operação desde fevereiro de 2000, a PetroRecôncavo é remunerada mensalmente pela produção de petróleo e gás natural, exclusivamente da Petrobras S.A., conforme cláusula segunda do “contrato de produção com cláusula de risco” firmado entre as partes, que determina que os hidrocarbonetos produzidos dentro das áreas estabelecidas no mesmo constituem-se em propriedade exclusiva da Petrobras. As áreas de exploração nas quais a PetroRecôncavo atua referem-se a campos cujas concessões pertencem à Petrobras.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres objeto do “contrato de produção com cláusula de risco” reunidos em outro conjunto denominado Polo Remanso e que incluiu os campos de Brejinho, Canabrava, Cassarongongo, Gomo, Fazenda Belém, Mata de São João, Norte Fazenda Caruaçu, Remanso, Rio dos Ovos, Rio Subaúma, São Pedro e Sesmaria, na bacia do Recôncavo, estado da Bahia. O valor da aquisição é de US\$30,0 milhões. Desse montante: (i) US\$4,0 milhões, equivalentes a R\$20,6 milhões, foram pagos no dia da assinatura, em 23 de dezembro de 2020; (ii) US\$21,0 milhões serão devidos e pagos no fechamento da transação, abatidos da geração de caixa do ativo, a ser apresentada pela Petrobras, desde julho de 2020 à data de fechamento e demais condições de ajuste de preço; e (iii) US\$5,0 milhões serão pagos em doze meses após o fechamento da transação, cuja expectativa é que ocorra ao longo de 2021. Esta aquisição está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como autorizações regulatórias do CADE, da ANP, de órgãos ambientais, dentre outras. Com o fechamento da transação o “contrato de produção com cláusula de risco” será encerrado. Em 16 de março de 2021, o CADE aprovou a transação, restando ainda as demais condições precedentes supracitadas.

As controladas da Companhia são a Recôncavo E&P S.A. (“Recôncavo”), a Recôncavo America LLC (“Recôncavo América”), a Potiguar E&P S.A. (“Potiguar”) e a SPE Miranga S.A. (“SPE Miranga”) (em conjunto com a PetroRecôncavo denominada “Grupo”), cujos descritivos das operações está apresentado a seguir:

Recôncavo

A Recôncavo foi constituída em 22 de março de 2004 e tem como objeto social o desenvolvimento, a pesquisa, a exploração e a perfuração de bacias petrolíferas e a produção e o comércio de óleo, gás e demais produtos relacionados.

A controlada Recôncavo E&P S.A. é concessionária para exploração dos campos Lagoa do Paulo, Lagoa do Paulo Norte, Lagoa do Paulo Sul, Acajá-Burizinho e Juriti, que foram adquiridos nas 4ª e 6ª rodadas de licitações da ANP.

Recôncavo America

A Recôncavo América, constituída em 15 de maio de 2006, baseada no Estado de Delaware nos Estados Unidos da América, com o objetivo de adquirir equipamentos utilizados em campos de petróleo, especialmente sondas de produção e perfuração terrestres, e alugá-los no Brasil, pelo regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural, denominado REPETRO. Em dezembro de 2020 a Recôncavo América vendeu seus ativos para a controladora PetroRecôncavo e sua controlada Potiguar pelo montante de R\$18.156, conforme valores contábeis na data.

Potiguar

A Potiguar E&P S.A., com sede no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, é uma companhia de capital fechado que foi constituída em 15 de junho de 2018 e é controlada pela PetroRecôncavo S.A.

Em 9 de dezembro de 2019, a PetroRecôncavo, através da subsidiária Potiguar E&P, concretizou a aquisição da participação da Petrobras nos campos do Polo Riacho da Forquilha, primeira transação concluída envolvendo campos terrestres em bacias maduras do plano de desinvestimento da Petrobras. O Polo, situado no estado do Rio Grande do Norte, é composto por 34 concessões, das quais 30 são 100% de propriedade da Potiguar E&P e por ela operadas, duas em parceria com a Sonangol Hidrocarbonetos Brasil Ltda., que passaram a ser operadas pela Potiguar E&P a partir de junho de 2021, e duas com a Partex Brasil Ltda. e operadas por ela.

A Potiguar realizou, no dia 28 de junho de 2021, no Rio de Janeiro, a assinatura do contrato de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural, relativo ao bloco exploratório POT-T-702, arrematado no 2º Ciclo da Oferta Permanente realizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. O contrato de concessão compreende uma área de 17,178 km², e um Programa Exploratório Mínimo ("PEM") composto de 1,000 Unidades de Trabalho, correspondente a um valor de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), que possui um prazo de cinco anos para sua execução e constará de um período único. O valor do PEM foi garantido na forma do Edital por meio de Seguro Garantia emitido em favor da ANP com vigência durante o período exploratório e que será devolvida tão logo o compromisso exploratório seja cumprido. A área adquirida é adjacente a blocos já operados pela Potiguar E&P, e seu programa exploratório constará da perfuração de ao menos um poço com objetivo de avaliar a existência de acumulações em reservatórios similares aos existentes nas concessões vizinhas do Bloco.

SPE Miranga

A SPE Miranga, estabelecida no município de Salvador, no estado da Bahia, é uma companhia de capital fechado que foi constituída em 12 de janeiro de 2021, é controlada pela PetroRecôncavo S.A. e tem por objeto a extração de petróleo e gás natural, envolvendo o desenvolvimento, a pesquisa, a exploração e a perfuração de bacias petrolíferas e a produção e o comércio de óleo, gás e produtos relacionados.

Em 24 de fevereiro de 2021, a SPE Miranga firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres (“onshore”) Apraius, Biriba, Fazenda Onça, Jacuibe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho de São Pedro e Sussuarana que constituem o Polo Miranga, na bacia Recôncavo, na Bahia, estando a aquisição sujeita ao cumprimento de condições precedentes, em especial a aprovação da ANP, do CADE e órgãos ambientais, conforme aplicável. No dia 8 de abril de 2021, o CADE aprovou a transação e, no dia 24 de setembro de 2021 a ANP aprovou a cessão, condicionando a assinatura dos contratos de concessão à constituição de garantias financeiras de abandono e descomissionamento de poços, as quais foram protocoladas pela companhia junto à ANP em 28 de outubro de 2021. Além da demanda junto à ANP, o fechamento da transação fica condicionado ainda à transferência das licenças ambientais, em andamento junto ao órgão estadual do meio ambiente - INEMA.

O valor da aquisição é de até US\$220,1 milhões, sendo: (i) US\$11,0 milhões já foram pagos no dia da assinatura, em 24 de fevereiro de 2021; (ii) US\$44,0 milhões serão pagos na data de fechamento da transação, sem ajuste de preço; (iii) US\$20,0 milhões que serão pagos em doze meses após o fechamento da transação; (iv) US\$20,0 milhões que serão pagos em vinte e quatro meses após o fechamento da transação; (v) US\$40,1 milhões que serão pagos em trinta e seis meses após o fechamento da transação; e (vi) até US\$85,0 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados a diferentes faixas possíveis do preço de referência do óleo (“Brent”) no período entre os anos calendários de 2022, 2023 e 2024.

A Petrobras terá direito de reter o depósito se o contrato for rescindido por violação atribuída à SPE Miranga, incluindo os eventos de: (i) não pagamento pela Companhia dos valores devidos na data de fechamento da transação; (ii) no caso de o CADE e/ou a ANP não aprovar(em) a transação, caso a não aprovação seja causada por omissão ou não cumprimento de alguma exigência legal atribuída à SPE Miranga; e (iii) caso a ANP não conceda sua aprovação final ao transação devido ao fato de que a Companhia não se qualifica como um Operador, quando é o caso, para campos “onshore” de acordo com qualquer Leis e Regulamentos aplicáveis.

Caso o fechamento da transação não ocorra devido a qualquer violação pela Petrobras, a SPE Miranga terá o direito de receber o reembolso do valor do depósito, acrescido de uma multa de penalidade no valor do depósito.

Atualmente, a SPE Miranga encontra-se em fase pré-operacional sendo as suas atividades mantidas por meio dos aportes de recursos dos seus acionistas. O início das operações depende da conclusão da operação de transferência das concessões dos campos apresentados acima.

Em decorrência das operações da Companhia e suas controladas Recôncavo e Potiguar estarem vinculadas exclusivamente à Petrobras S.A., os resultados da Companhia e de sua controlada podem ser afetados em virtude da dependência de apenas um cliente.

1.1. Principais medidas e impactos decorrentes da COVID-19

A Companhia permanece operando seguindo as regras definidas pelo comitê constituído para gestão da crise de saúde. Os principais objetivos do comitê são manter a saúde dos colaboradores e contratados, manter as atividades da Companhia sem impactos à segurança operacional ou ao meio ambiente, e, ao mesmo tempo, avaliar os desdobramentos da crise no plano de negócios.

A Companhia recomendou que seus colaboradores e contratados não essenciais para a operação trabalhassem remotamente, além de aumentar o espaçamento das pessoas no ambiente de trabalho e suspender temporariamente viagens não essenciais, visitas, treinamentos presenciais e deslocamentos. Com o aumento do número de vacinados, os colaboradores voltaram a frequentar o escritório corporativo, adaptado às medidas de proteção recomendadas pelo comitê. Colaboradores dos grupos de risco permanecem trabalhando remotamente.

A Companhia revisou sua projeção para as receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2021 e não verificou a necessidade de reconhecer uma perda ao valor recuperável no ativo imobilizado, tributos diferidos e contas a receber. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, a atual estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e nos fluxos de caixa operacionais projetados poderá ser revisada de acordo com novos eventos relacionados a esta pandemia.

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As práticas contábeis do exercício anterior foram aplicadas de modo consistente na preparação destas Informações Trimestrais.

2.1. Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais

- a) As Informações Trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"); com o IAS 34; e com as normas e orientações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Informações trimestrais individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2020.

- b) A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis.
- c) Não houve mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas Informações trimestrais em relação àquelas utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.
- d) A autorização para emissão dessas informações trimestrais foi concedida pela Administração em 10 de novembro de 2021.

2.2. Principais práticas contábeis

Todas as informações relevantes próprias destas informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As principais políticas e estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão de acordo com o CPC 21 e divulgadas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro 2020. Não houve alterações entre as práticas divulgadas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e estas informações trimestrais.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

A Companhia consolida todas as investidas sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Quando necessário, as informações trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas informações trimestrais consolidadas.

Nas informações trimestrais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são efetuados nas informações trimestrais da controladora.

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre a controladora e o consolidado

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia era arrendatária de 21 bens da controlada Recôncavo América que foram considerados dentro do escopo do IFRS 16 e, conseqüentemente, registrado nas demonstrações individuais da Petrorecôncavo o ativo de direito de uso e os passivos pelos valores a pagar pelo arrendamento.

Para fins de consolidação a Companhia desfez esse reconhecimento de forma a poder eliminar os saldos consolidados entre a Petrorecôncavo (arrendatária) e a Recôncavo América (arrendadora). Desta forma, esses bens ficaram registrados no ativo imobilizado consolidado.

Essa movimentação gerou uma diferença no ano de 2020 entre o patrimônio líquido e o resultado do exercício da controladora e do consolidado. Em 30 de setembro de 2020 essa diferença entre o patrimônio líquido da controladora e do consolidado de R\$5.089 e uma diferença no resultado do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 de R\$4.229.

Em dezembro de 2020, a Recôncavo América vendeu seus ativos arrendados para a Companhia e para a sua controlada Potiguar encerrando as diferenças entre o resultado e patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como “Moeda Funcional”, para a Companhia e para cada uma de suas controladas, uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que a Companhia e suas controladas estão inseridas. O real é, também, a moeda de apresentação destas Informações Trimestrais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	810	289	13.021	9.045
Aplicações financeiras e CDB	335.976	11.374	379.385	21.816
Total	336.786	11.663	392.406	30.861

As aplicações financeiras e CDB referem-se a operações de renda fixa (CDB - Certificado de Depósito Bancário e operações compromissadas), indexados de 70,0% a 103,5% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) (75,00% em 31 de dezembro de 2020) mantidas com bancos de 1ª linha, conforme nota explicativa nº 22.3, que possuem “rating” entre Aa1 (BR) e Ba3, baseado na agência de “rating” Moody’s e a fundos de investimento com rendimentos equivalentes à taxa de 103,16% a 105,76% do CDI (131,93% a 177,07% em 31 de dezembro de 2020). A Companhia e suas controladas podem resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição e seus valores de mercado não diferem dos valores registrados contabilmente.

A controlada Recôncavo América LLC, possui, em 30 de setembro de 2021, R\$8.952 (R\$7.900, em 31 de dezembro de 2020) em caixa e equivalentes de caixa, mantido em dólar norte-americano. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 a controlada registrou ganho de R\$364 (2020, ganho de R\$565) referente a variação cambial dos saldos mantidos em moeda estrangeira.

Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	712.709	9.993	832.691	135.011
Total	712.709	9.993	832.691	135.011
Circulante	712.709	9.993	764.069	66.414
Não circulante	-	-	68.622	68.597

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a investimentos em Fundo Cambial. A Administração optou por investir parte dos recursos captados na sua Oferta Pública Inicial de Ações, conforme evidenciado na nota explicativa nº 15, neste tipo de investimento como forma de se proteger da variação cambial tendo em vista que suas dívidas bancárias (e de suas Controladas) e pagamentos remanescentes à Petrobras referentes às aquisições de ativos são denominadas em dólar norte-americano.

A Controlada Potiguar deve manter aplicações financeiras como garantia para o empréstimo de, no mínimo, R\$114.841 em 30 de setembro de 2021. Esse valor está aplicado em Fundo Cambial (Itaú Cambial FICFI), registrados na rubrica de aplicações financeiras e com rendimentos equivalentes a - 5,18% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 calculado pelo valor aplicado, sendo que:

- Todos os recursos do Fundo Cambial da Conta Reserva do Serviço da Dívida representam uma Aplicação Restrita de Longo Prazo, uma vez que não estão disponíveis e permanecerão bloqueados até o fim do financiamento, previsto para abril de 2024, conforme contrato.
- Todas os recursos do Fundo Cambial das outras contas vinculantes (Conta Retenção, Conta Reserva de Caixa e Conta Centralizadora) representam uma Aplicação Restrita de Curto Prazo, uma vez que não estão disponíveis, mas deverão ser utilizadas em até 12 meses.

O Fundo Cambial tem como objetivo acompanhar a variação do dólar contra o real. Uma vez que a Companhia e suas Controladas possuem obrigações em dólar, a Companhia visa, portanto, se proteger da variação cambial.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Petrobras S.A.	49.426	52.578	165.001	108.733
Total	49.426	52.578	165.001	108.733

A Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não possuíam saldos vencidos e nem perda estimada em créditos de liquidação duvidosa. As faturas são emitidas contra o cliente Petrobras S.A. com um prazo médio de vencimento de 30 a 50 dias. A Companhia e suas controladas não possuem histórico de perdas nem atrasos materiais de recebíveis e não há expectativa de perda futura para tais recebíveis.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
IRRF	13.240	89	14.469	169
IRPJ	1.487	9.166	3.211	11.146
CSLL	1.692	2.322	3.442	3.212
PIS	482	207	3.008	776
COFINS	2.033	824	13.951	3.717
ICMS	2	-	16.026	2.678
Outros	1.090	863	1.433	1.297
Total	20.026	13.471	55.540	22.995
Total circulante	19.533	13.457	46.645	22.433
Total não circulante	493	14	8.895	562

Em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) publicada em 14 de maio de 2021, na qual restou definido, em repercussão geral, que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, a controlada Potiguar registrou crédito extemporâneo de PIS e de COFINS no montante de R\$2.353 e R\$10.838, respectivamente. Os créditos reconhecidos no ativo se referiam à exclusão do ICMS efetivamente recolhido da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, cujos valores foram pagos indevidamente em competências compreendidas entre dezembro de 2019 e julho de 2021.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
PIS, COFINS, CIDE e IRPJ (a)	1.287	1.287	1.303	1.303
IRPJ	-	-	17	17
Trabalhistas	1.104	826	1.104	826
Outros	123	124	164	165
Total	2.514	2.237	2.588	2.311

- (a) Em 2007, a Companhia foi autuada por suposto não recolhimento de PIS e COFINS. O auto em questão é considerado improcedente devido à existência de pagamentos relacionados aos débitos dos referidos impostos. A Companhia ajuizou ação anulatória e depositou em juízo os valores referentes aos impostos supracitados. Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado o montante atualizado de R\$1.287 como depósito judicial de PIS e COFINS. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, que entendem que as chances de êxito da Companhia são prováveis, não constituiu qualquer provisão nestas informações trimestrais.

7. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas

<u>Investidas</u>	<u>Data-base</u>	<u>Ações Ordinárias Possuídas (em milhares)</u>	<u>Participação no capital integralizado %</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita bruta</u>	<u>Lucro Líquido (Prejuízo)</u>
Recôncavo E&P S.A.	30/09/21	6.561	100	6.561	19.745	4.092	15.653	10.596	3.991
Recôncavo America LLC	30/09/21	n/a	100	9.242	26.726	-	26.726	-	(176)
Potiguar E&P S.A.	30/09/21	525.183	100	525.183	1.686.886	1.372.105	314.781	699.667	71.183
SPE Miranga S.A.	30/09/21	60.550	100	60.550	63.345	1.169	62.176	-	(59)
Recôncavo E&P S.A.	31/12/20	6.561	100	6.561	15.145	3.483	11.662	7.050	(1.220)
Recôncavo America LLC	31/12/20	n/a	100	9.242	26.904	-	26.904	8.598	16.269
Potiguar E&P S.A.	31/12/20	525.183	100	525.183	1.554.911	1.033.474	521.437	626.549	(93.549)

Movimentação

	<u>Recôncavo E&P S.A.</u>	<u>Recôncavo America LLC (iii)</u>	<u>Potiguar E&P S.A.</u>	<u>SPE Miranga S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.882	10.635	530.280	-	553.797
Equivalência patrimonial	(1.220)	16.269	(93.549)	-	(78.500)
Cancelamento de dividendos (i)	-	-	2.644	-	2.644
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	82.062	-	82.062
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.662	26.904	521.437	-	560.003
Equivalência patrimonial	3.991	(9.035)	71.183	(59)	66.080
Aumento de capital social (ii)	-	-	-	60.550	60.550
Adiantamento para futuro aumento de capital (iv)	-	-	96.828	1.685	98.513
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(374.667)	-	(374.667)
Saldos em 30 de setembro de 2021	15.653	17.869	314.781	62.176	410.479

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, o contrato de financiamento obtido com o intuito de financiar parte da aquisição do Polo Riacho da Forquilha, proíbe o pagamento de dividendos pela Companhia e suas controladas oriundos do lucro líquido ou outros saldos de caixa obtidos durante o ano fiscal de 2020. Considerando essas restrições, e de forma similar a 2019, a Administração da Companhia recomendou aos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária a votarem pelo cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios mencionados acima. Em 31 de dezembro de 2019 a PetroRecôncavo, a Potiguar e a Recôncavo constituíram dividendos mínimos obrigatórios nos valores de R\$12.894, R\$2.644 e R\$304, respectivamente. Tais dividendos foram cancelados nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 30 de junho de 2020, com exceção da Recôncavo, cuja Assembleia Geral Ordinária ainda não foi realizada. A Administração da Companhia recomendará os acionistas da Recôncavo E&P S.A. na próxima Assembleia Geral Ordinária a votarem pelo cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios mencionados acima.
- (ii) Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foram emitidas 60.549.300 (sessenta milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e trezentas) ações ordinárias da investida SPE Miranga a um preço de subscrição de R\$1 (um real). Todas as ações foram subscritas e integralizadas pela Companhia em moeda corrente.
- (iii) A equivalência patrimonial da controlada Reconcavo America do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 inclui a eliminação de saldo referente a lucro não realizado entre partes relacionadas.
- (iv) Referem-se a aumentos para futuro aumento de capital na controlada Potiguar e SPE Miranga. Esses aportes serão subscritos e integralizados no capital social na próxima assembleia geral de sócios das controladas.

8. IMOBILIZADO

Mapa de movimentação

	Controladora								
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (vii)	Transferências (a)	Saldo em 30/09/2021
<u>Custo</u>									
Terrenos	80	-	-	-	80	-	-	-	80
Imóveis e construções	7.799	8	(2)	-	7.805	-	-	717	8.522
Máquinas e equipamentos	15.780	16.425	(47)	1.017	33.175	1.609	(15)	1.720	36.489
Móveis e utensílios	10.543	669	-	65	11.277	658	-	356	12.291
Veículos	3.274	113	-	-	3.387	-	(434)	151	3.104
Computadores e periféricos	2.103	128	(4)	126	2.353	332	-	-	2.685
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços (i)	846.512	33.361	(3.613)	7.419	883.679	24.245	-	8.714	916.638
Adiantamento para compra de direito de produção de óleo e gás (vi)	-	20.629	-	-	20.629	-	-	-	20.629
Almoxarifado para inversões fixas (iii)	36.250	36.082	(36.628)	(3.911)	31.793	49.767	(37.415)	(8.728)	35.417
Adiantamento para aquisição de ativos fixos (v)	447	6.050	(979)	(3.530)	1.988	4.644	(35)	-	6.597
Bens imobilizados em andamento (iv)	65	3.765	(3)	(1.591)	2.236	8.852	(144)	(3.954)	6.990
Total	922.853	117.230	(41.276)	(405)	998.402	90.107	(38.043)	(1.024)	1.049.442
<u>Depreciação, amortização e depleção.</u>									
Imóveis e construções	(3.919)	(541)	-	-	(4.460)	(412)	-	-	(4.872)
Máquinas e equipamentos	(9.117)	(886)	8	-	(9.995)	(2.961)	6	-	(12.950)
Móveis e utensílios	(6.086)	(733)	-	-	(6.819)	(618)	-	-	(7.437)
Veículos	(1.677)	(293)	-	-	(1.970)	(212)	283	-	(1.899)
Computadores e periféricos	(941)	(220)	-	-	(1.161)	(209)	-	-	(1.370)
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços	(514.323)	(73.582)	-	-	(587.905)	(52.776)	-	-	(640.681)
Total	(536.063)	(76.255)	8	-	(612.310)	(57.188)	289	-	(669.209)
<u>"Impairment"</u>									
Perda estimada na recuperação de ativos	(1.691)	-	1.691	-	-	-	-	-	-
Total	(1.691)	-	1.691	-	-	-	-	-	-
Saldo líquido	385.099	40.975	(39.577)	(405)	386.092	32.919	(37.754)	(1.024)	380.233

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (vii)	Transferências	Saldo em 30/09/2021
				(a)				(a)	
<u>Custo</u>									
Terrenos	105	-	-	-	105	-	-	-	105
Imóveis e construções	12.808	315	(2)	-	13.121	16	-	2.871	16.008
Máquinas e equipamentos	49.135	22.982	(27.822)	(792)	43.503	2.362	(10.995)	3.823	38.693
Móveis e utensílios	11.042	2.098	(100)	65	13.105	1.214	-	356	14.675
Veículos	3.274	262	-	-	3.536	51	(434)	151	3.304
Computadores e periféricos	2.218	720	(4)	126	3.060	1.370	-	-	4.430
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços (i)	882.562	72.843	(4.012)	22.907	974.300	92.323	(5)	16.677	1.083.295
Direito de produção de óleo e gás (ii)	1.237.215	-	-	-	1.237.215	-	-	-	1.237.215
Adiantamento para compra de direito de produção de óleo e gás (vi)	-	20.628	-	-	20.628	60.548	-	-	81.176
Almoarifado para inversões fixas (iii)	45.320	92.229	(68.531)	(13.605)	55.413	127.672	(90.668)	(16.691)	75.726
Adiantamento para aquisição de ativos fixos (v)	749	13.646	(979)	(7.730)	5.686	9.365	(323)	-	14.728
Bens imobilizados em andamento (iv)	1.705	6.897	(29)	(1.591)	6.982	14.824	(297)	(8.211)	13.298
Total	2.246.133	232.620	(101.479)	(620)	2.376.654	309.745	(102.722)	(1.024)	2.582.653
<u>Depreciação, amortização e depleção</u>									
Imóveis e construções	(5.400)	(705)	-	-	(6.105)	(534)	-	-	(6.639)
Máquinas e equipamentos	(29.089)	(2.486)	19.442	-	(12.133)	(1.993)	406	-	(13.720)
Móveis e utensílios	(6.125)	(803)	-	-	(6.928)	(754)	-	-	(7.682)
Veículos	(1.677)	(293)	-	-	(1.970)	(212)	283	-	(1.899)
Computadores e periféricos	(944)	(241)	-	-	(1.185)	(267)	-	-	(1.452)
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços	(526.470)	(86.782)	-	(10)	(613.262)	(78.272)	-	-	(691.534)
Direito de produção de óleo e gás	(9.202)	(126.485)	-	506	(135.181)	(110.355)	-	-	(245.536)
Total	(578.907)	(217.795)	19.442	496	(776.764)	(192.387)	689	-	(968.462)
<u>"Impairment"</u>									
Perda estimada na recuperação de ativos	(1.691)	-	1.691	-	-	-	-	-	-
Total	(1.691)	-	1.691	-	-	-	-	-	-
Saldo líquido	1.665.535	14.825	(80.346)	(124)	1.599.890	117.358	(102.033)	(1.024)	1.614.191

(a) Parte do saldo foi transferido para o intangível e outra parte, por se referirem a arrendamentos financeiros, foram transferidos para a rubrica de direito de uso em arrendamento.

Conforme previsão contratual, a Companhia utiliza em sua operação equipamentos pertencentes à Petrobras, mantidos nos campos da bacia do Recôncavo. Tais bens não estão registrados nas informações trimestrais da Companhia, bem como os correspondentes encargos de depreciação. A Companhia não efetua qualquer pagamento pela utilização desses bens.

- (i) O “investimento para incremento de produção” corresponde a motores, transformadores, equipamentos ou gastos diversos utilizados nos poços ou facilidades de superfície visando um aumento da produção ou das reservas recuperáveis. Perfuração de poços refere-se à capitalização de gastos incorridos na perfuração de novos poços em campos que tiveram sua comercialidade provada. A depreciação destes bens e a depleção dos gastos são feitos utilizando-se o percentual de produção atual em relação à reserva provada desenvolvida de cada campo, limitado à data de vencimento dos contratos de concessão de cada campo (a maioria vence em 2025). A avaliação da reserva total em 31 de dezembro de 2020 foi efetuada pelo perito independente Netherland Sewell & Associates, Inc.
- (ii) O “direito de produção de óleo e gás” representa o custo de concessão para: (a) a exploração dos blocos terrestres BT-REC-10 e BT-REC-14 adquiridos através da 4ª, 6ª e 9ª rodada de licitação da ANP - Agência de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e (b) as concessões de 34 campos terrestres produtores de petróleo e gás natural, denominado “Polo Riacho da Forquilha”, abaixo descritas. A amortização deste custo é calculada com base no método das unidades produzidas, que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva provada total de cada campo, limitado ao vencimento dos contratos de concessão. As adições a essa rubrica no exercício de 2020 representam o custo de aquisição dos campos terrestres junto à Petrobras.

Em 25 de Abril de 2019, a Controlada Potiguar assinou Contrato de Compra e Venda pela aquisição da participação da Petrobras em um conjunto de 34 campos terrestres produtores de petróleo e gás natural, denominado “Polo Riacho da Forquilha”, localizados na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. A aquisição foi concluída no dia 9 de dezembro de 2019, após aprovação dos órgãos reguladores. O valor de aquisição ajustado foi de US\$351.453, tendo sido abatidos do preço de aquisição a geração de caixa do ativo e demais condições de ajuste de preço a partir de 1º de janeiro de 2019 (Data Efetiva) da transação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Potiguar pagou o equivalente a US\$295.221 (R\$1.235.568), correspondente a 84% do valor de aquisição ajustado. A tabela abaixo demonstra a conciliação do valor de R\$1.235.568 mil pago a Petrobras no fechamento da transação, em 9 de dezembro de 2019:

Itens de ajuste (01/01/2019 a 09/12/2019) conforme contrato de Compra e Venda apresentado pela Petrobras	Valores apurados em dólares para fins de ajuste no preço final Dólares mil	Ajuste de preço final (taxa de câmbio de 4,2136 para os valores apurados em dólares) Em milhares de reais (R\$)
(+) Valor total da aquisição	384.200	1.618.865
(-) Valor do adiantamento	(28.815)	(121.415)
(+) Juros de Libor	18.579	78.284
(-) Receita gerada (*)	(109.655)	(462.043)
(+) “Royalties” (*)	11.837	49.876
(+) Licenciamento Ambiental (*)	2.772	11.682
(+) Custos/Despesas Operacionais (*)	25.016	105.406
(+) Impostos sobre o ativo (*)	16.932	71.343
(+) Investimentos no ativo (*)	784	3.308
(+) Estoque inicial de óleo (*)	988	4.162
(=) “Closing Adjustment”	322.638	1.359.468
Depósito pago à Petrobras em 25/04/2019 (“Signing”)	28.815	113.041
Valor total da aquisição ajustado	351.453	1.472.509
Depósito pago à Petrobras em 25/04/2019 (“Signing”)	28.815	113.041
Montante pago à Petrobras em 09/12/2019 (“Closing”)	266.406	1.122.527
Montante total pago à Petrobras até 09/12/2019 (84% “Closing”)	295.221	1.235.568

(*) Valores apresentados como parte integrante do contrato de compra e venda, e demonstrados assim pela vendedora, Petrobras, como o “ajuste” de preço de compra do grupo de ativos do Polo Riacho da Forquilha. Os valores são ajustados de acordo com o CDI a partir da data que foram gerados até 9 de dezembro de 2019.

A Controlada deve pagar à Petrobras um saldo remanescente correspondente a 16% do valor de aquisição ajustado, ou, aproximadamente, US\$56.000, condicionado à extensão das concessões de onze dos 34 campos adquiridos, conforme demonstrado abaixo:

Campo	Percentual
Baixa do Algodão	0,2%
Boa Esperança	0,5%
Brejinho	1,5%
Cachoeirinha	1,0%
Fazenda Curral	0,2%
Fazenda Malaquias	1,0%
Leste de Poço Xavier	0,3%
Livramento	1,8%
Lorena	2,8%
Pajeú	0,2%
Riacho da Forquilha	6,5%
Total	16,0%

O processo de extensão das concessões envolve a apresentação para a Agência Nacional do Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP) de Planos de Desenvolvimento que demonstrem um plano de investimento e produção viável para além do período contratual atual. Em 5 de março de 2020, a Potiguar apresentou à ANP os Planos de Desenvolvimento para os onze campos listados acima. O processo de avaliação das extensões é gerido pela Superintendência de Desenvolvimento e Produção da ANP, que julga a estratégia de desenvolvimento apresentada, o cronograma físico-financeiro dos projetos de desenvolvimento da produção, o aumento da capacidade produtiva das instalações, provisões financeiras para descomissionamento e abandono das instalações, dentre outros pontos. Caso aprovada, a extensão das concessões deve adicionar novos volumes de reservas provadas, com potenciais impactos nas estimativas de cálculo da depleção e provisão para abandono de poços. Até a data de emissão destas informações trimestrais, a ANP não deliberou sobre a aprovação dos Planos de Desenvolvimento submetidos. Nenhuma obrigação e nenhum efeito decorrente do aumento das reservas provadas foram reconhecidos nestas informações trimestrais.

- (iii) Os motores, equipamentos de produção e materiais diversos que serão utilizados para incremento na produção são registrados na conta “almoxarifado de inversões fixas”. A depreciação desses bens é calculada com base no método das unidades produzidas, que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total de cada campo, limitado ao vencimento dos contratos de concessão, a partir do momento que eles são transferidos para a rubrica de “investimento para incremento de produção”.
- (iv) Os bens imobilizados em andamento representam itens de imobilizado que estão em processo de construção ou transporte e que ainda não estão prontos para utilização.
- (v) O adiantamento para aquisição de ativos fixos refere-se a valores que foram adiantados a fornecedores de materiais e equipamentos de produção que serão utilizados para incremento da produção.
- (vi) Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres objeto do “contrato de produção com cláusula de risco” reunidos em outro conjunto denominado Polo Remanso e que incluiu os campos de Brejinho, Canabrava, Cassarongongo, Gomo, Fazenda Belém, Mata de São João, Norte Fazenda Caruaçu, Remanso, Rio dos Ovos, Rio Subaúma, São Pedro e Sesmaria, na bacia do Recôncavo, estado da Bahia. O valor da aquisição é de US\$30,0 milhões. Desse montante: (i) US\$4,0 milhões, equivalentes a R\$20,6 milhões, foram pagos no dia da assinatura, em 23 de dezembro de 2020; (ii) US\$21,0 milhões serão devidos e pagos no fechamento da transação, abatidos da geração de caixa do ativo, a ser apresentada pela Petrobras, desde julho de 2020 à data de fechamento e demais condições de ajuste de preço; e (iii) US\$5,0 milhões serão pagos em doze meses após o fechamento da transação, cuja expectativa é que ocorra ao longo de 2021. Esta aquisição está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como autorizações regulatórias do CADE, da ANP, de órgãos ambientais, dentre outras. Com o fechamento da transação o “contrato de produção com cláusula de risco” será encerrado. Em 16 de março de 2021, o CADE aprovou a transação e, no dia 27 de maio de 2021 a ANP aprovou a cessão, condicionando a assinatura dos contratos de concessão à constituição de garantias financeiras de abandono e descomissionamento de poços, as quais foram protocoladas pela Companhia junto à ANP em 28 de maio de 2021. Já foi concluída a transferência das licenças ambientais junto ao órgão estadual do meio ambiente - INEMA.

Em 24 de fevereiro de 2021, a SPE Miranga, subsidiária da PetroRecôncavo, firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres (“onshore”) Apraius, Biriba, Fazenda Onça, Jacuipe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho de São Pedro e Sussuarana que constituem o Polo Miranga, na bacia Recôncavo, na Bahia, estando a aquisição sujeita ao cumprimento de condições precedentes, em especial a aprovação da ANP, do CADE e órgãos ambientais, conforme aplicável.

O valor da aquisição é de até US\$220,1 milhões, sendo: (i) US\$11,0 milhões já foram pagos no dia da assinatura, em 24 de fevereiro de 2021, com recursos captados através de financiamento bancário no mesmo valor do adiantamento pago; (ii) US\$44,0 milhões serão pagos na data de fechamento da transação, sem ajuste de preço; (iii) US\$20,0 milhões que serão pagos em doze meses após o fechamento da transação; (iv) US\$20,0 milhões que serão pagos em vinte e quatro meses após o fechamento da transação; (v) US\$40,1 milhões que serão pagos em trinta e seis meses após o fechamento da transação; e (vi) até US\$85,0 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados a diferentes faixas possíveis do preço de referência do óleo (“Brent”) no período entre os anos calendários de 2022, 2023 e 2024.

- (vii) As baixas dos valores reconhecidos na linha de “almoxarifado para inversões fixas” representam, principalmente, motores, equipamentos de produção e materiais diversos que foram utilizados em atividades de reparo e manutenção e reconhecidos no custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

Anualmente, a Companhia e suas controladas analisam indicativos de eventuais perdas (“impairment”) na recuperabilidade dos investimentos para incremento de produção e perfuração de poços, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 2.8 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (vide nota explicativa nº 3 também às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020). Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indicativos de “impairment” para seus ativos.

Bens dados em garantia

A Companhia possui uma sonda de perfuração terrestre dada em garantia do processo de execução fiscal nº 0000566-44.2011.805.0164, movido contra a controladora.

Como parte da contratação do financiamento bancário, a controlada Potiguar deu em garantia (i) os direitos emergentes dos contratos de concessão dos 34 campos pertencentes ao Polo Riacho da Forquilha, (ii) sua posição nos contratos de compra e venda de petróleo, gás natural e participação no descomissionamento de poços, todos celebrados com a Petrobras, (iii) o estoque de petróleo, (iv) os equipamentos e maquinários de sua titularidade, (v) 100% de suas ações e (vi) os direitos creditórios referentes: (a) aos contratos de compra e venda de petróleo, gás natural e participação no descomissionamento de poços, (b) às apólices de seguro, (c) aos contratos de Swaps celebrados com Banco ABC, Goldman Sachs, Deutsche Bank, Itaú Unibanco e Morgan Stanley e (d) às garantias outorgadas no âmbito dos contratos cedidos.

9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Em moeda nacional	22.198	31.107	55.012	73.681
Em moeda estrangeira	2.923	1.702	7.948	5.030
Partes relacionadas (nota explicativa nº 16)	19.257	16.213	2.698	1.378
Total	44.378	49.022	65.658	80.089

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
FINEP	1.978	2.734	1.978	2.733
Empréstimos bancários	11.977	-	811.391	926.501
Custos a amortizar	(165)	-	(25.410)	(35.194)
Total	13.790	2.734	787.959	894.040
Total circulante	13.188	1.355	268.087	212.931
Total não circulante	602	1.379	519.872	681.109

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.263	744.019
Pagamentos de principal	(1.522)	(104.585)
Juros pagos	(308)	(67.929)
Juros provisionados	301	72.881
Amortização do custo de aquisição	-	16.848
Variação cambial	-	232.806
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.734</u>	<u>894.040</u>
Adições	60.479	60.479
Pagamentos de principal	(46.591)	(211.770)
Juros pagos	(1.130)	(44.860)
Juros provisionados	1.190	42.816
Amortização do custo de aquisição	70	10.018
Variação cambial	(2.962)	37.236
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>13.790</u>	<u>787.959</u>

<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
R\$	US\$	R\$	US\$

Análise de empréstimos por moeda

31 de dezembro de 2020:

FINEP	2.374	-	2.374	-
Empréstimos bancários	-	-	-	171.514

30 de setembro de 2021:

FINEP	1.813	-	1.813	-
Empréstimos bancários	-	2.202	-	144.528

Abaixo apresentamos o cronograma de vencimento dos empréstimos classificados no não circulante:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2022	301	71.231
2023	301	296.451
2024	-	152.190
Total	<u>602</u>	<u>519.872</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia adquiriu financiamento perante a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com o objetivo de financiar atividades relacionadas ao plano de inovação da PetroRecôncavo dos próximos 36 meses. O total contratado foi de R\$10.691, com uma taxa de juros de TJLP + 2,0% ao ano, carência de 24 meses e o prazo total de 84 meses. O montante contratado será disponibilizado à Companhia em três parcelas anuais, sendo que o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 refere-se à liberação de duas parcelas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia optou por não receber a terceira parcela do financiamento. Não há penalidades previstas em caso de uma das parcelas não ser recebida. Não há cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) relacionadas a esse financiamento.

Em 19 de fevereiro de 2021, a Companhia, através da sua subsidiária SPE Miranga S.A., assinou contrato para a aquisição de 100% da participação da Petrobras em 9 (nove) campos terrestres denominados Apraius, Biriba, Fazenda Onça, Jacuipe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho São Pedro e Sussuarana, que constituem o Polo Miranga. Com o objetivo de financiar parte do pagamento, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo Internacional nº AGE1187904 com a instituição financeira Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, no valor de total de US\$11.000.000,00 (onze milhões de dólares norte-americanos), com taxa de juros fixa de 3,7225%. O empréstimo será pago em 5 parcelas com datas de vencimento em 24/06/2021, 26/07/2021, 25/08/2021, 22/09/2021 e 21/10/2021.

A Controlada Potiguar adquiriu, em 25 de abril de 2019, empréstimo com o objetivo de financiar parte do pagamento decorrente da aquisição dos 34 campos produtores de petróleo e gás natural, cuja transação foi finalizada em 9 de dezembro de 2019. O financiamento foi adquirido com as instituições financeiras Itaú BBA, Morgan Stanley e Deutsche Bank. O total contratado foi de US\$232.000, com taxa de juros de 6,3% acima da LIBOR para 3 meses, sendo que o recebido até 31 de dezembro de 2019 foi de US\$195.428.

Como garantia para o empréstimo, em 30 de setembro de 2021, a Potiguar deve manter nas contas vinculantes o valor contábil de no mínimo R\$114.841, sendo este montante composto por 100% da próxima parcela de amortização de principal e juros, acrescido ainda de dois terços do valor da própria parcela. Em 30 de setembro de 2021, a controlada mantinha o saldo de R\$115.852 (31 de dezembro de 2020, R\$118.114) nas contas vinculantes, estando, portanto, de acordo com as regras contratuais. O empréstimo será pago em parcelas trimestrais até abril de 2024.

Adicionalmente, o contrato estabelece condições para distribuição de dividendos, sendo as principais:

- Distribuição de dividendos somente após o período de carência, que expirou em 25 de julho de 2020. Não pagamento de dividendos oriundos do lucro líquido ou outros saldos de caixa obtidos durante o ano fiscal de 2019. Em virtude dessa cláusula restritiva, a Companhia e suas controladas cancelaram os dividendos mínimos obrigatórios contabilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as respectivas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 30 de junho de 2020, com exceção da controlada Recôncavo, cuja Assembleia Geral Ordinária ainda não foi realizada. A Administração da Companhia recomendará os acionistas da Recôncavo E&P S.A. na próxima Assembleia Geral Ordinária a votarem pelo cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios mencionados acima.
- Preço médio do Petróleo “Brent” no ano fiscal anterior não poderá ser menor que US\$45/bbl.
- O preço médio do Petróleo “Brent” na data final do último trimestre não poderá ser menor que US\$45 bbl. A Potiguar tem que estar adimplente com todas as obrigações contratuais.
- A Companhia e suas controladas precisam estar aderentes à todas as cláusulas de vencimento antecipado (“covenants”).

Em 31 de Dezembro de 2019, a PetroRecôncavo, a Potiguar e a Recôncavo constituíram dividendos mínimos obrigatórios nos valores de R\$12.894, R\$2.644 e R\$304, respectivamente, conforme notas explicativas nº 7 e nº 15. Tais dividendos foram cancelados nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui obrigações atendidas relacionadas aos contratos de dívida (“covenants”), com destaque para: (i) apresentação das demonstrações financeiras da controlada Potiguar no prazo de 90 dias auditadas por auditores independentes; (ii) cláusula onde a Companhia e suas controladas se comprometem a não criar gravames sobre seus ativos para garantia de dívidas além dos permitidos; (iii) cláusulas de cumprimento às leis, regras e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios incluindo (mas não limitado) às leis ambientais; (iv) cláusulas em contratos de financiamento que exigem que a Companhia e suas controladas conduzam seus negócios em cumprimento às leis anticorrupção e às leis antilavagem de dinheiro e que instituem e mantenham políticas necessárias a tal cumprimento.

Adicionalmente, o financiamento da Controlada Potiguar inclui cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento. Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações são as seguintes:

- No último dia de cada trimestre fiscal (a começar em 31 de dezembro de 2020), o Indicador de Alavancagem (Dívida Líquida sobre EBITDA) da Controlada Potiguar não deve ser maior que:
 - 2,5 ao final do ano fiscal de 2020.
 - 2,25 durante o ano fiscal de 2021.
 - 2,0 durante o ano fiscal de 2022.
 - 1,5 durante o ano fiscal de 2023 em diante.
- No último dia de cada trimestre fiscal, o Indicador de Alavancagem (Dívida Líquida sobre EBITDA) consolidado do Grupo não deve ser maior que 2,5.
- No último dia de cada ano fiscal, o Indicador de Cobertura do Ativo (PV-10 das reservas Provasdas sobre Dívida Bruta) da Controlada Potiguar não deve ser menor que 1,5.
- Em qualquer momento, o Caixa Livre (Caixa e Equivalentes, incluindo Contas Vinculantes relacionadas ao Empréstimo) da Controlada Potiguar não deve ser menor que R\$20.000.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo cumpriu as cláusulas restritivas aplicáveis.

Os bens dados em garantia do contrato foram divulgados na nota explicativa nº 8.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	43.441	10.902	35.798	13.266
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(14.770)	(3.707)	(12.171)	(4.510)
Equivalência patrimonial	(4.473)	2.932	-	-
Efeito do benefício fiscal sobre os impostos diferidos	-	(4.573)	-	(4.572)
Outros	(1.780)	648	(1.858)	2.158
Redução - incentivo fiscal	508	-	1.157	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>(20.515)</u>	<u>(4.700)</u>	<u>(12.872)</u>	<u>(6.924)</u>

12. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

12.1. Perdas prováveis - trabalhistas e fiscais

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Processos trabalhistas	2.744	3.594	2.744	3.594
Processos fiscais	1.001	1.371	1.001	1.371
Total	<u>3.745</u>	<u>4.965</u>	<u>3.745</u>	<u>4.965</u>

Movimentação da provisão

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.777	2.777
Provisões constituídas	2.604	2.604
Provisões revertidas	(416)	(416)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.965	4.965
Provisões constituídas	585	585
Provisões revertidas	(370)	(370)
Pagamentos efetuados	(1.435)	(1.435)
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>3.745</u>	<u>3.745</u>

A Companhia possui 44 processos trabalhistas (48 em 31 de dezembro de 2020), sendo 19 (21 em 31 de dezembro de 2020) deles classificados como perdas prováveis. A maior parte destas ações trabalhistas estão vinculados a empresas terceirizadas, em que a PetroRecôncavo consta como responsável subsidiária no processo.

12.2. Perdas possíveis - trabalhistas, cíveis e previdenciárias

A Companhia possuía em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, litígios com probabilidade de perda possível, com base na opinião da Administração e de seus consultores jurídicos, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Processos tributários	24.203	25.608	25.663	25.608
Processos trabalhistas	500	1.041	500	1.041
Processos regulatórios	326	-	326	-
Processos cíveis	365	1.365	659	1.375

Os processos tributários são compostos principalmente por causas pulverizadas de tributos federais.

Os processos trabalhistas são compostos por causas pulverizadas de ex-colaboradores e, principalmente, processos de responsabilidade subsidiária requerendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade, dentre outras.

13. PROVISÃO PARA ABANDONO DE POÇOS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.582	29.982
Atualização	1.740	5.480
Constituição de provisão	-	6.624
Revisão de estimativas	<u>(1.408)</u>	<u>(1.975)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.914	40.111
Atualização	<u>1.005</u>	<u>4.922</u>
Saldos em 30 de setembro de 2021	<u>11.919</u>	<u>45.033</u>
Total do passivo circulante	-	6.301
Total do passivo não circulante	11.919	38.732

As principais premissas para constituição/atualização da provisão para abandono de poço são as seguintes:

- Os custos com abandono de poços e desmantelamento de áreas são registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos.
- As estimativas dos custos com abandono são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, descontadas a uma taxa de risco de 12% a.a.
- As estimativas de custos com abandono são revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. As revisões anuais da vida útil dos poços são feitas com base no relatório de reservas emitido anualmente pelos certificadores independentes de reservas da Companhia. A revisão de estimativas ocorrida no exercício decorre da revisão da vida útil e da redução do custo de abandono de cada poço.
- As estimativas dos custos com abandono foram calculadas e contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações para os poços cuja vida útil não ultrapassa o final dos contratos de concessão de cada campo. Para os poços cuja estimativa de fim das reservas ultrapassa o final das concessões, a Companhia entende que não terá custo para abandono, uma vez que eles ainda terão vida útil, mesmo após o final das concessões.

Com base no exposto acima, a Administração da Companhia entende que os montantes provisionados são suficientes para cobrir os custos esperados com abandono de poços.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A controlada Potiguar firmou contratos de compensação com as contrapartes Itaú BBA, Morgan Stanley, Goldman Sachs, Deutsche Bank e Banco ABC. Os derivativos são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros derivativos</u>		
Contratos a termo de “commodity” ativo circulante	-	80.506
Contratos a termo de “commodity” ativo não circulante	-	56.576
Total	-	137.082
<u>Passivos financeiros derivativos</u>		
Contratos a termo de “commodity” passivo circulante	(211.860)	-
Contratos a termo de “commodity” passivo não circulante	(236.619)	(17.886)
Total	(448.479)	(17.886)
Contratos a termo de “commodity” líquido	(448.479)	119.196

a) Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(5.140)
Valor justo dos instrumentos financeiros antes da liquidação	43.025	153.969
Liquidação de contratos de derivativos	(43.025)	(153.969)
Valor justo dos instrumentos financeiros não realizados	-	124.336
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	119.196
Valor justo dos instrumentos financeiros antes da liquidação	-	(56.841)
Liquidação de contratos de derivativos	-	56.841
Valor justo dos instrumentos financeiros não realizados	-	(567.675)
Saldo em 30 de setembro de 2021	-	(448.479)

Em 25 de abril de 2019, a controlada Potiguar, tendo a PetroRecôncavo como Patrocinadora, assinou contrato de financiamento com três diferentes bancos para pagamento de parte do valor decorrente da aquisição de um conjunto de 34 campos de petróleo e gás natural. No intuito de proteger resultados futuros e gerenciar os riscos do não cumprimento desse empréstimo, utilizou operações de “hedge” de fluxo de caixa, fixando os preços futuros do petróleo tipo “brent”, salvaguardando-se de variações do mercado.

Enquanto não assumisse a operação do Polo Riacho da Forquilha, o contrato mencionado obrigava a PetroRecôncavo a firmar contratos de “hedge” que representavam:

- 85% do volume líquido de suas reservas Provadas Desenvolvidas Produzindo (“PDP”) protegidas para os próximos 24 meses.
- 57% do volume líquido de suas reservas PDP protegidas para os outros 12 meses, totalizando 36 meses de proteção.

Vale destacar que tais volumes eram mensurados conforme Relatório de Reservas emitido pelo perito Netherland Sewell & Associates, Inc. (“NSAI”), mitigando o risco de especulação.

Após a aquisição do Polo e controle da operação pela Potiguar, os contratos em aberto na PetroRecôncavo foram transferidos para a Potiguar, e novos derivativos foram contratados para manter seus volumes líquidos protegidos da seguinte maneira:

- Para os meses 1 a 12, (i) no mínimo 85% de suas reservas PDPs ou (ii) 80% de suas reservas 1P, limitados a 95% de suas reservas 1P.
- Para os meses 13 a 24, no mínimo 60% de suas reservas 1P, limitados a 75% de suas reservas 1P.
- Para os meses 25 a 36, no mínimo 40% de suas reservas 1P, limitados a 55% de suas reservas 1P.

No momento do fechamento da aquisição dos ativos, em 10 de dezembro de 2019, a Potiguar contratou derivativos adicionais para estar alinhada com as regras do contrato de financiamento.

A contratação de derivativos para proteger parte da produção líquida atestada por perito independente se mostrou útil para o mercado de petróleo, cujas variações da “commodity” impactam fortemente os resultados da Companhia.

O Grupo aplicou contabilidade de “hedge” em relação ao fluxo de caixa altamente provável de vendas de petróleo. A existência de um relacionamento econômico foi determinada no momento da designação e prospectivamente através da comparação dos termos críticos do instrumento de “hedge” e do item objeto de “hedge”. O Grupo contratou derivativos para sua estratégia de “hedge” para proteção de um percentual do volume da produção estimada, conforme mencionado anteriormente.

Em relação aos requisitos para a efetividade do “hedge”, a Administração concluiu que:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “hedge”.
- O efeito de risco de crédito não influencia de maneira significativa as alterações no valor justo da relação econômica dos instrumentos de “hedge”.

O índice de “hedge” da relação de proteção é de 1:1 e é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a Companhia efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “hedge” que a Companhia efetivamente utiliza para proteger a quantidade de item protegido.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2021 é de R\$1.863.094 (R\$674.941 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 248.428.532 (duzentas e quarenta e oito milhões quatrocentas e vinte e oito mil e quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias (82.962.761 em 31 de dezembro de 2020) e nenhuma ação preferencial (949.005 em 31 de dezembro de 2020), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do montante subscrito e integralizado do capital social foram deduzidos os custos com a emissão das ações, referentes a gastos com elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de banco de investimentos, corretores, etc.), gastos com publicidade, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro. Esses custos totalizaram R\$75.728 e foram registrados líquidos do seu efeito fiscal (R\$25.748) no montante líquido de R\$49.980. Em 30 de setembro de 2021 o valor do capital social líquido dos custos com emissão de ações era de R\$1.813.114.

Em 30 de setembro de 2021 as ações estavam assim distribuídas:

Acionista	30/09/2021		31/12/2020	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
PetroSantander Luxembourg Holdings S.a.r.l.	82.536.716	-	41.268.358	-
Fundos geridos pelo Opportunity	63.930.089	-	29.303.769	-
Eduardo Cintra Santos	14.749.105	-	3.035.828	-
Perbras - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda.	12.529.804	-	6.261.652	-
Outros acionistas	<u>74.682.818</u>	-	<u>3.093.154</u>	<u>949.005</u>
Total	248.428.532	-	82.962.761	949.005
Ações em tesouraria	(52.488)	-	-	-
Total líquido de ações em tesouraria	<u>248.376.044</u>	-	<u>82.962.761</u>	<u>949.005</u>

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia mantinha 52.488 ações ordinárias em tesouraria ao preço médio de R\$17,56.

Em 24 de fevereiro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia efeturaram determinadas deliberações, dentre as quais destacamos:

Aprovação da conversão da totalidade das 949.005 (novecentas e quarenta e nove mil e cinco) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia em igual número de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, à razão de 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial convertida.

Aprovação do aumento do capital autorizado, de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para R\$2.750.000.000,00 (dois bilhões e setecentos e cinquenta milhões de reais).

Aprovação da abertura de capital da Companhia e autorização da submissão, pela Companhia, do pedido de registro de companhia aberta, como emissor categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480/2009, incluindo a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia no Brasil e com esforços de colocação de ações ordinárias no exterior, bem como adesão ao Novo Mercado da B3 para a negociação de suas ações.

Em 1º abril de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia efeturaram determinadas deliberações, dentre as quais destacamos a aprovação do desdobramento da totalidade das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, à razão de 1:2, sem alteração do valor do capital social da Companhia, de forma que para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia atualmente emitida, é criada e atribuída ao respectivo acionista 1 (uma) nova ação ordinária de emissão da Companhia, com os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias atualmente existentes. Dessa forma, o capital social, anteriormente dividido em 83.911.766 (oitenta e três milhões, novecentas e onze mil, setecentas e sessenta e seis) ações ordinárias, passa a ser dividido em 167.823.532 (cento e sessenta e sete milhões, oitocentas e vinte e três mil, quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias.

Em 3 de maio de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foram aprovados:

A fixação do preço de R\$14,75 (quatorze reais e setenta e cinco centavos) por ação ordinária de emissão da Companhia objeto da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia no Brasil e com esforços de colocação de ações ordinárias no exterior.

O aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.032.500.000,00 (um bilhão, trinta e dois milhões e quinhentos mil reais), o qual passará de R\$674.941.437,37 (seiscentos e setenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos) para R\$1.707.441.437,37 (um bilhão, setecentos e sete milhões quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos), mediante a emissão de 70.000.000 (setenta milhões) de novas ações ordinárias, com preço de emissão de R\$14,75 (quatorze reais e setenta e cinco centavos) cada uma, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da oferta pública supracitada, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no art. 172, inciso I, da Lei das S.A. e com o Estatuto Social, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 237.823.532 (duzentos e trinta e sete e oitocentos e vinte e três e quinhentos e trinta e duas) ações ordinárias.

No dia 2 de junho de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado:

O aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$154.875.000 (cento e cinquenta e quatro milhões oitocentos e setenta e cinco mil reais), o qual passará de R\$1.707.441.437,37 (um bilhão, setecentos e sete milhões quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos) para R\$1.862.316.437,37 (um bilhão oitocentos e sessenta e dois milhões trezentos e dezesseis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos), mediante a emissão de 10.500.000 (dez milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias, com preço de emissão de R\$14,75 (quatorze reais e setenta e cinco centavos) cada uma, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da Oferta, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no art. 172, inciso I, da Lei das S.A. e com o art. 6º, parágrafo quarto do Estatuto Social, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 248.323.532 (duzentas e quarenta e oito milhões, trezentas e vinte e três mil e trinta e duas) ações ordinárias.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu 271.320 (duzentas e setenta e um mil trezentos e vinte) novas ações preferenciais, sem direito a voto, ao preço de emissão de R\$13,560498 totalizando R\$3.679 e 142.916 (cento e quarenta e duas mil novecentas e dezesseis) novas ações preferenciais, sem direito a voto, ao preço de emissão de R\$13,767723 totalizando R\$1.967. As novas ações emitidas nesse ato foram subscritas e integralizadas pelos administradores e colaboradores estratégicos da Companhia e contabilizado integralmente como despesa referente a pagamento baseado em ações, dentro do exercício de 2020, nas contas de pagamento baseado em ações. O efeito total no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, líquido dos valores integralizados pelos executivos como parte do programa refere-se parte a integralização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no montante de R\$304 e no total foi integralizado pelos executivos o montante de R\$5.646.

A Companhia adquiriu durante o exercício de 2020, 11.869 ações preferenciais, ao preço médio de R\$11,85, exercendo o seu direito de preferência em caso de desligamento de colaboradores acionistas da Companhia, conforme previsto no contrato de subscrição de ações. As ações foram adquiridas pelo valor justo estimado, que foi calculado pelo método de múltiplos de valor de mercado de empresas comparáveis. Todas as ações foram canceladas pela Companhia no momento da recompra.

No dia 22 de julho de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado:

Aprovar, nos termos do artigo 30, parágrafo primeiro, alíneas “b” e “c” da Lei nº 6.404/1976, da Instrução CVM nº 567/2015 e do artigo 17 (q) do Estatuto Social, a aquisição pela Companhia de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua emissão (“Ações”), respeitando os limites legais e com base em recursos disponíveis (“programa de Recompra”), para (i) manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, e (ii) fazer frente aos compromissos assumidos pela Companhia no âmbito do Programa de Incentivo Consolidado aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral em 1º de abril de 2021 (“Programa de Incentivo”), mediante alienação e entrega de ações aos diretores estatutários e empregados da Companhia e de suas controladas que sejam participantes do Programa de Incentivo.

Em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações, detalhados na nota explicativa nº 15 g), aprovar o aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado e com exclusão do direito de preferência para subscrição, nos termos do art. 171, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76 e do artigo 6º, parágrafo 4º do Estatuto Social, mediante a emissão de 105.000 (cento e cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$7,405 por ação, fixado de acordo com o Terceiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, conforme boletins de subscrição.

Registrar que o capital social da Companhia passa dos atuais R\$1.862.316.437,37 (um bilhão oitocentos e sessenta e dois milhões trezentos e dezesseis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos), dividido em 248.323.532 (duzentas e quarenta e oito milhões trezentas e vinte e três mil e quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$1.863.093.962,37 (um bilhão oitocentos e sessenta e três milhões noventa e três mil e novecentos e sessenta e dois) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, dividido em 248.428.532 (duzentas e quarenta e oito milhões quatrocentas e vinte e oito mil e quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal.

15.2. Reserva de capital e reserva de lucros - Redução de imposto de renda

A Companhia e suas controladas Recôncavo e Potiguar gozam do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre o resultado de suas operações.

O incentivo fiscal correspondente apurado no período é reconhecido no resultado e, após apuração do lucro, é transferido para a reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Essa reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos. A reserva de capital foi utilizada até o exercício de 2007.

15.3. Reserva para reinvestimento

Registra a retenção acumulada de lucros para reinvestimento; a retenção de lucros está sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Caberá também à Assembleia Geral Ordinária destinar a parcela das reservas de lucros que ultrapassarem o valor do capital social.

15.4. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Não houve constituição de Reserva legal no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

15.5. Resultado por ação

	<u>01/07/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>
Resultado	22.926	6.202
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para fins de cálculo do prejuízo básico e diluído por ação	248.423.861	167.823.532
Resultado básico por ação ordinária e preferencial - R\$	0,0923	0,0369
Média ponderada das ações e opções de ações ordinárias emitidas	249.539.788	169.021.126
Resultado diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	<u>0,0919</u>	<u>0,0366</u>
	<u>01/01/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/01/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>
Resultado	104.602	(149.084)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para fins de cálculo do prejuízo básico e diluído por ação	210.927.378	167.823.532
Resultado básico por ação ordinária e preferencial - R\$	0,4959	(0,8883)
Média ponderada das ações e opções de ações ordinárias emitidas	212.098.049	169.021.126
Resultado diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	<u>0,4932</u>	<u>(0,8820)</u>

De forma a refletir o desdobramento das ações e opções ocorrido em 1º de abril de 2021, conforme detalhado na nota explicativa nº 15 a), ajustamos o denominador do cálculo do resultado por ação do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 para refletir o efeito do desdobramento das ações.

15.6. Dividendos propostos

Conforme estatuto social, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido, deduzido de eventuais prejuízos acumulados, ajustado pelas reservas legal, de incentivo fiscal e de contingências, caso haja.

	<u>Controladora e</u> <u>consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020 e em 30 de setembro de 2021	2

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, o contrato de financiamento obtido com o intuito de financiar parte da aquisição do Polo Riacho da Forquilha, proíbe o pagamento de dividendos pela Companhia e suas controladas oriundos do lucro líquido ou outros saldos de caixa obtidos durante o ano fiscal de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019 a PetroRecôncavo, a Potiguar e a Recôncavo constituíram dividendos mínimos obrigatórios nos valores de R\$12.894, R\$2.644 e R\$304, respectivamente. Tais dividendos foram cancelados nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 30 de junho de 2020, com exceção da Recôncavo, cuja Assembleia Geral Ordinária ainda não foi realizada. A Administração da Companhia recomendará os acionistas da Recôncavo E&P S.A. na próxima Assembleia Geral Ordinária a votarem pelo cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios mencionados acima.

15.7. Pagamentos baseados em ações

a) Ações diferidas

No dia 25 de junho de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a concessão de benefício extraordinário aos participantes do Programa de Incentivo Consolidado, em virtude da conclusão da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, no montante total de R\$16.395, dos quais: (a) 25% (vinte e cinco por cento) foram pagos em dinheiro em julho de 2021, e (b) 75% (setenta e cinco por cento) remanescentes serão pagos em ações ou dinheiro, a critério da Companhia, com base no valor de R\$14,75 (quatorze reais e setenta e cinco centavos), conversíveis em ações de emissão da Companhia em 3 (três) lotes iguais, respectivamente em 12 (doze), 24 (vinte e quatro) e 36 (trinta e seis) meses, contados da data da reunião.

Na supracitada reunião também ficou definida a concessão de benefício anual aos participantes do Programa de Incentivo Consolidado, em referência ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista o atingimento das respectivas Metas Anuais. O benefício anual foi concedido na forma de entrega de Ações Diferidas que serão entregues no final de três anos. Os pagamentos serão, a critério da Companhia, feitos em ações ou em dinheiro.

Em 30 de setembro de 2021 os seguintes contratos de pagamentos baseados em ações vigoravam:

Série de ações	Quantidade	Data de outorga	Data de validade	Valor justo na data de outorga R\$	Vesting reconhecido
Benefício extraordinário - 2° parcela	201.462	25/06/2021	25/06/2022	19,59	944
Benefício extraordinário - 3° parcela	201.462	25/06/2021	25/06/2023	19,59	450
Benefício extraordinário - 4° parcela	201.462	25/06/2021	25/06/2024	19,59	286
Benefício metas anuais - 2020	231.488	25/06/2021	25/06/2024	19,59	329
Total	<u>835.874</u>				<u>2.009</u>

Em consonância com o CPC 10 (R1) a Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas do benefício extraordinário e do Plano de Ações diferidas em contrapartida de reservas de capital. Adicionalmente, os encargos trabalhistas são reconhecidos como provisão no passivo da Companhia.

Para ambos os planos, o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação na data de outorga, 25 de junho de 2021.

b) Compra adicional de ações e programa de “matching”.

Ainda de acordo com a Reunião do Conselho de Administração, ocorrida no dia 25 de junho de 2021, também em observância ao atingimento das respectivas Metas Anuais, os participantes do programa incentivado tiveram direito a compra adicional de ações que foram complementadas, em igual quantidade à compra, pela Companhia (“matching”). As ações compradas pelos executivos e as ações do “matching” foram entregues em julho de 2021. Mesmo em posse dos executivos, essas ações possuem restrição de transferência (“lock up”) durante três anos. A Companhia registrou o montante de R\$1.701, líquido de encargos, referente ao “matching” como despesa do exercício.

c) Opções de ações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, de 2014 e de 2016, a Companhia concedeu a colaboradores que ocupam posições estratégicas um plano de remuneração baseado em opções de ações. Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções possuem um período de carência para exercício, sendo que a carência de um terço das opções vence a cada ano após a data da outorga. Passado o período de carência, as opções podem ser exercidas a qualquer momento até a data em que expiram.

Os seguintes contratos de opções de ações vigoraram durante o exercício de 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

<u>Série de Opções</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Data de outorga</u>	<u>Data de validade</u>	<u>Preço de exercício R\$</u>	<u>Valor justo na data da outorga R\$</u>
Emitida em 10 de outubro de 2013	188.054	10/10/2013	09/10/2023	20,73	15,84
Emitida em 20 de agosto de 2014	215.743	20/08/2014	19/08/2024	21,41	16,99
Emitida em 13 de maio de 2016	195.000	13/05/2016	12/05/2026	14,81	11,93

Em 1º abril de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia efetuaram determinadas deliberações, dentre as quais destacamos que os números de ações referentes às opções de compra de ações de emissão da Companhia, já outorgadas ao amparo do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e ainda não exercidas até esta data, serão ajustados proporcionalmente, de modo a refletir o desdobramento das ações de emissão da Companhia ora aprovado.

No dia 25 de junho de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a dispensa das restrições de transferências de ações (“Lock-up”) atualmente em vigor sobre ações de emissão da Companhia existentes nesta data, subscritas e/ou adquiridas por beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações que não sejam diretores estatutários da Companhia.

Não há saldo restante do valor justo estimado a ser reconhecido no resultado nos próximos exercícios, uma vez que os períodos de carência expiraram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2021 foram exercidas 105.000 ações referentes às opções emitidas em 13 de maio de 2016. A Companhia recebeu R\$778 referente a essas opções.

15.8. Ajustes de avaliação patrimonial

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a controlada Potiguar reconheceu a parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos, líquido de impostos, que são designados e qualificados como “hedge” de fluxo de caixa no montante de R\$374.667 (R\$82.062, em 31 de dezembro de 2020).

16. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
<u>Saldos</u>				
Outros ativos:				
Recôncavo E&P	133	256	-	-
Perbras	8	-	8	-
Potiguar (e)	3.550	2.854	-	-
Total	3.691	3.110	8	-
Dividendos a receber:				
Recôncavo E&P	304	304	-	-
Total de dividendos a receber	304	304	-	-
Partes relacionadas:				
Mútuos - Potiguar E&P (d)	-	15.983	-	-
Outros créditos - Potiguar (e)	-	4.477	-	-
Total partes relacionadas	-	20.460	-	-
Fornecedores:				
Potiguar S.A.	254	205	-	-
Recôncavo E&P	1.794	-	-	-
Recôncavo America LLC (a)	14.566	15.229	-	-
PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda. (b)	268	527	323	1.126
PetroSantander Holdings GMBH (c)	2.375	-	2.375	-
PetroSantander USA	-	252	-	252
Total	19.257	16.213	2.698	1.378
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
<u>Transações</u>				
Receitas:				
PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda.	-	6	-	6
Recôncavo E&P	2.099	825	-	-
Potiguar	10.099	-	-	-
Custo com serviços/materiais:				
Recôncavo América LLC (f)	-	(6.256)	-	-
Recôncavo E&P	(607)	-	-	-
PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda. (b)	(3.064)	(3.648)	(5.819)	(6.043)
PetroSantander Management Inc. (c)	-	-	-	-
PetroSantander Holdings GMBH (c)	-	(261)	-	(261)
PetroSantander Colômbia (c)	-	(441)	-	(441)
Potiguar	(1.404)	-	-	-
Rateios - Recôncavo E&P (g)	518	388	-	-
Rateios - Potiguar (g)	1.641	753	-	-
Rateios - SPE Miranga (h)	757	-	-	-
Despesas gerais e administrativas:				
PetroSantander Holdings GMBH (c)	(2.398)	(297)	(2.398)	(297)
PetroSantander Management Inc. (c)	-	(573)	-	(573)
Total	7.641	(9.504)	(8.217)	(7.609)

- (a) Refere-se ao valor que a PetroRecôncavo deve a Recôncavo América devido à aquisição dos equipamentos que aconteceu em dezembro de 2020. Esta operação foi realizada através do REPETRO SPED, que é um regime aduaneiro e tributário especial relativo ao setor de Óleo e Gás, que possibilita a produção, aquisição e/ou importação permanente ou temporária de bens utilizados nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural com desoneração total ou parcial da cadeia.
- (b) A Companhia e suas controladas Recôncavo e Potiguar possuem transações com a acionista PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfuração Ltda., a qual realiza serviços com sondas de produção terrestres e outros serviços diversos de suporte à produção, suportado por contrato de prestação de serviço na modalidade de preços unitários, atualizados anualmente pelo IGP-M.
- (c) A Companhia possui transações com a PetroSantander Management Inc., a PetroSantander Colômbia e a PetroSantander Holdings GMBH que prestam assistência técnica e consultoria especializada na modalidade de “homem hora” relativa à exploração e produção de poços de petróleo, cujo contrato de prestação de serviço não prevê encargos financeiros.
- (d) Refere-se a contratos de mútuo com a controlada Potiguar para capital de giro, sobre os quais incidem juros correspondentes a taxa SELIC. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 a Companhia converteu seu saldo de mútuo, no montante de R\$29.150, composto do saldo em aberto em 2020 mais mútuos cedidos em 2021 em adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) na controlada Potiguar.
- (e) Refere-se a venda de materiais para a controlada Potiguar e a pagamento de despesas pré-operacionais da controlada Potiguar efetuadas pela Controladora. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 a Companhia converteu este saldo em adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) na controlada Potiguar, que passou a compor o montante de R\$29.150, composto do saldo em aberto em 2020 mais mútuos cedidos em 2021.
- (f) Trata-se de arrendamentos operacionais de sondas e outros equipamentos conforme mencionado na nota explicativa nº 22. Esses arrendamentos estiveram vigentes durante todo o exercício de 2020, uma vez que a venda das sondas e equipamentos foi realizada apenas em dezembro, conforme descrito na nota (a).
- (g) Rateios de despesas administrativas corporativas para controladas.
- (h) Pagamentos de gastos iniciais da controlada SPE Miranga.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Benefícios de curto prazo - Diretoria (a)	3.056	2.384	3.076	2.403
Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração (a)	1.485	270	1.485	270
Outros benefícios (b)	230	96	230	96
Participação nos lucros	2.299	1.894	2.299	1.894
Bônus por desempenho (c)	2.868	1.510	2.868	2.373
Pagamento baseado em ações (d)	4.415	3.776	4.415	3.776
Total	<u>14.353</u>	<u>9.930</u>	<u>14.373</u>	<u>10.812</u>

- (a) Refere-se ao pró-labore dos diretores e dos conselheiros da Companhia.
- (b) Refere-se às contribuições feitas pela Companhia em plano de previdência privada.
- (c) Conforme descrito na nota explicativa nº 15 g), no dia 25 de junho de 2021 foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração, bônus extraordinário, relacionado ao sucesso da oferta pública inicial de ações da Companhia.
- (d) Referem-se a pagamentos e a “vesting” dos programas descritos na nota explicativa nº 15.7.

A remuneração da Diretoria é determinada pelo Conselho de Administração considerando o desempenho da Companhia e dos profissionais, além das tendências de mercado. A remuneração do Conselho de Administração é determinada pelos acionistas e é composta apenas por uma parcela fixa. A remuneração máxima definida para o exercício de 2021 pelos acionistas em assembleia geral ordinária foi de R\$23.000. Em 24 de fevereiro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia deliberaram pela retificação do valor da remuneração global paga aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia em 2020 para R\$11.235, ante o valor de R\$10.000 que constou na Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de junho de 2020.

17. DIREITOS E COMPROMISSOS COM A ANP - AGÊNCIA DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

Em 2002 a Companhia adquiriu a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural no bloco BT-REC-10, com uma área original de 312,9 Km², a qual foi transferida para a controlada Recôncavo E&P S.A. mediante integralização de capital. Neste bloco a Companhia reativou, com sucesso, os campos de Lagoa do Paulo, Lagoa do Paulo Sul, Lagoa do Paulo Norte e Acajá-Burizinho, todos na Bacia do Recôncavo Baiano. Em 2004, a Companhia participou da Sexta Rodada de Licitações e adquiriu dois blocos, BT-REC-14 e BT-REC-17, localizados também na Bacia do Recôncavo Baiano. No BT-REC-14 reativou a produção de um poço abandonado e declarou a comercialidade do campo de Juriti. O BT-REC-17 foi devolvido à ANP após cumprimento do Programa Exploratório Mínimo.

Em 2019, a controlada Potiguar adquiriu a participação da Petrobras nos campos Acauã, Asa Branca, Baixa do Algodão, Baixa do Juazeiro, Boa Esperança, Brejinho, Cachoeirinha, Cardeal, Colibri, Fazenda Curral, Fazenda Junco, Fazenda Malaquias, Jaçanã, Janduí, Juazeiro, Leste de Poço Xavier, Livramento, Lorena, Maçarico, Pajeú, Pardal, Patativa, Paturi, Poço Xavier, Riacho da Forquilha, Rio Mossoró, Sabiá, Sabiá Bico de Osso, Sabiá da Mata, Sibite, Três Marias, Trinca Ferro, Upanema e Varginha, cujas operações iniciaram em 10 de dezembro de 2019. A Potiguar é a operadora de todas as concessões acima listadas, com exceção dos campos de Cardeal e Colibri que atualmente são operados pela Partex.

A Potiguar realizou, no dia 28 de junho de 2021, no Rio de Janeiro, a assinatura do contrato de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural, relativo ao bloco exploratório POT-T-702, arrematado no 2º Ciclo da Oferta Permanente realizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Os detalhes do contrato foram divulgados na nota explicativa nº 17.

Pelos termos dos contratos de concessão mencionados acima, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantidos os direitos de desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás natural nos campos comerciais que venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

As seguintes participações governamentais e de terceiros deverão ser pagas pela Companhia em decorrência da retenção e das atividades nesses campos:

Participações	Detalhes
“Royalties”	No percentual de 7,8% até 10% aplicado sobre a produção bruta de petróleo e/ou gás natural, a partir da data de início da produção comercial da Área de Concessão (30 de setembro de 2021, R\$64.211 e 30 de setembro de 2020, R\$29.383).
Participação especial	No montante definido no Decreto das Participações 2.705/98 e Portaria da ANP 10/99.
Pagamento pela ocupação ou retenção da Área de Concessão	Para cada campo existe um valor em R\$ por quilômetro quadrado, que varia de acordo com o contrato de concessão de cada campo e com o estágio de operação de cada campo, que podem ser: (i) fase de exploração; (ii) fase de desenvolvimento; e (iii) fase de produção. Todos os campos estão na fase de produção.
Pagamento aos proprietários de terra	Equivalente a 1% (um por cento) da produção de petróleo e gás natural, de acordo com a legislação brasileira aplicável (30 de setembro de 2021, R\$8.201 e 30 de setembro de 2020, R\$2.906).

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
Receita bruta:				
Receita de prestação de serviços	92.203	66.439	92.203	66.439
Receita de produtos vendidos	-	-	244.266	168.470
Total	92.203	66.439	336.469	234.909
Impostos sobre prestação de serviços e vendas de produtos:				
PIS	(674)	(396)	(5.155)	(2.577)
COFINS	(3.108)	(1.827)	(23.751)	(11.870)
ISS	(3.532)	(2.090)	(3.532)	(2.090)
ICMS	(76)	-	(43.687)	(18.195)
Total	(7.390)	(4.313)	(76.125)	(34.732)
Receita líquida	84.813	62.126	260.344	200.177

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita bruta:				
Receita de prestação de serviços	250.312	216.109	250.312	216.109
Receita de produtos vendidos	-	-	710.263	455.032
Total	<u>250.312</u>	<u>216.109</u>	<u>960.575</u>	<u>671.141</u>
Impostos sobre prestação de serviços e vendas de produtos:				
PIS	(1.728)	(1.263)	(14.213)	(6.788)
COFINS	(7.974)	(5.825)	(65.484)	(31.275)
ISS	(9.372)	(6.705)	(9.372)	(6.705)
ICMS	(76)	-	(116.264)	(45.160)
Total	<u>(19.150)</u>	<u>(13.793)</u>	<u>(205.333)</u>	<u>(89.928)</u>
Receita líquida	<u><u>231.162</u></u>	<u><u>202.316</u></u>	<u><u>755.242</u></u>	<u><u>581.213</u></u>

As receitas operacionais brutas estão diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo “Brent”, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos e ao preço de venda do gás natural “commodity” para a Petrobras.

Conforme detalhado na nota explicativa nº 14, parte da produção da Controlada Potiguar está vinculada a contratos de proteção (“hedge”) do preço do petróleo tipo “Brent”. O efeito dos contratos liquidados é apresentado acompanhando a linha do resultado protegida, a receita de produtos vendidos.

19. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
Pessoal	(21.343)	(11.335)	(29.444)	(18.260)
Serviços	(4.172)	(6.266)	(8.602)	(3.453)
Consultoria, auditoria e honorários	(4.413)	(1.745)	(4.571)	(3.528)
Materiais	(13.178)	(4.810)	(25.494)	(16.685)
Aluguéis	(3.075)	(1.630)	(6.426)	(3.128)
Eletricidade	(9.216)	(6.321)	(14.188)	(10.098)
Outros impostos	-	-	-	(430)
Depleção, depreciação e amortização	(21.142)	(17.208)	(73.421)	(47.139)
Depreciação de direito de uso	(1.950)	(2.736)	(4.239)	(4.722)
Custos dos campos não operados	-	-	(2.515)	(5.698)
“Royalties”	-	-	(27.649)	(13.519)
Pagamento baseado em ações e custos associados	(6.909)	(2.769)	(7.281)	(2.770)
Resultado de participações societárias	(13.157)	8.623	-	-
Licenciamento ambiental	-	-	(3.075)	(1.741)
Outras	2.439	(3.932)	3.500	(1.952)
Total	<u>(96.116)</u>	<u>(50.129)</u>	<u>(203.405)</u>	<u>(133.123)</u>

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(64.237)	(47.408)	(179.203)	(118.385)
Gerais e administrativas	(9.210)	(9.507)	(11.315)	(12.384)
Outras receitas, líquidas	(9.512)	(1.837)	(12.887)	(2.354)
Resultado de participações societárias	(13.157)	8.623	-	-
Total	(96.116)	(50.129)	(203.405)	(133.123)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Pessoal	(58.299)	(37.787)	(85.995)	(58.338)
Serviços	(12.891)	(19.731)	(24.397)	(28.797)
Consultoria, auditoria e honorários	(10.910)	(4.636)	(11.927)	(7.361)
Materiais	(34.154)	(16.906)	(64.359)	(35.502)
Aluguéis	(8.522)	(3.367)	(16.920)	(7.858)
Eletricidade	(25.140)	(22.613)	(39.072)	(34.495)
Outros impostos	-	(73)	-	(995)
Depleção, depreciação e amortização	(57.844)	(53.995)	(193.096)	(144.880)
Depreciação de direito de uso	(5.295)	(8.199)	(13.998)	(13.358)
Custos com parcerias	-	-	(13.216)	(16.677)
“Royalties”	-	-	(72.412)	(32.289)
Pagamento baseado em ações e custos associados	(11.008)	(7.503)	(11.380)	(7.504)
Resultado de participações societárias	66.080	(148.439)	-	-
Licenciamento ambiental	-	-	(10.535)	(7.218)
Outras	4.037	(5.624)	(7.444)	(968)
Total	(153.946)	(328.873)	(564.751)	(396.240)

Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(176.899)	(152.126)	(498.632)	(358.872)
Gerais e administrativas	(34.942)	(28.707)	(40.786)	(35.577)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(8.185)	399	(25.333)	(1.791)
Resultado de participações societárias	66.080	(148.439)	-	-
Total	(153.946)	(328.873)	(564.751)	(396.240)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
Receitas financeiras:				
Juros e rendimentos, líquidos	4.608	1.210	5.156	5.217
Outras	67	48	72	113
Total	4.675	1.258	5.228	5.330

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias e outras	(354)	(75)	(858)	(97)
Juros sobre abandono de poços	(190)	(435)	(1.484)	(1.271)
Imposto de renda sobre transações estrangeiras	(384)	60	(2.783)	(3.124)
Amortização custo de captação	-	-	(3.194)	-
Perdas com aplicações financeiras líquidas	-	(486)	-	(5.637)
Juros com empréstimos	(439)	(145)	(13.456)	(8.562)
Multa	-	(8)	-	(11)
Juros com arrendamento mercantil	(169)	(404)	(373)	(14.879)
Outras	-	63	-	63
Total	(1.536)	(1.430)	(22.148)	(33.518)
Variação cambial líquida:				
Variação cambial ativa	2.007	299	2.580	299
Variação cambial passiva	(2.168)	(2.309)	(2.045)	(4.867)
Variação cambial líquida sobre fundo cambial	54.425	1.087	63.761	4.009
Variação cambial sobre financiamentos	(2.659)	-	(68.516)	(25.041)
Total	51.605	(923)	(4.220)	(25.600)
Total	54.744	(1.095)	(21.140)	(53.788)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Receitas financeiras:				
Juros e rendimentos, líquidos	15.738	1.681	26.006	9.346
Juros de contrato de mútuo	97	22	-	-
Outras	81	207	100	421
Total	15.916	1.910	26.106	9.767
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias e outras	(1.087)	(174)	(2.576)	(580)
Juros sobre abandono de poços	(1.005)	(1.305)	(4.923)	(3.815)
Juros leasing	-	(53)	-	(53)
Imposto de renda sobre transações estrangeiras	(615)	-	(8.445)	(9.088)
Amortização custo de captação	(41)	-	(9.902)	-
Perdas com aplicações financeiras líquidas	(119)	(700)	(4.254)	(7.754)
Juros com empréstimos	(2.182)	(292)	(44.350)	(56.730)
Multa	-	(14)	-	(328)
Juros com arrendamento mercantil	(590)	(1.906)	(1.721)	(16.822)
Outras	-	61	-	61
Total	(5.639)	(4.383)	(76.171)	(95.109)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Varição cambial líquida:				
Varição cambial ativa	434	567	1.880	1.314
Varição cambial passiva	(697)	(8.889)	(1.595)	(9.016)
Varição cambial líquida sobre fundo cambial	31.492	1.245	34.761	7.357
Varição cambial sobre financiamentos	2.962	-	(37.236)	(310.446)
Total	34.191	(7.077)	(2.190)	(310.791)
Total	44.468	(9.550)	(52.255)	(396.133)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Gestão de risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que suas operações e as de suas controladas possam continuar com suas atividades normais. A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas do seu segmento operacional. Historicamente a Companhia financiou suas operações com capital próprio, e possuía baixo endividamento com terceiros, não vinculados à Companhia. No exercício de 2019, a controlada Potiguar E&P S.A. adquiriu empréstimo com o objetivo de financiar parte do pagamento decorrente da aquisição dos 34 campos produtores de petróleo e gás natural, cuja transação foi finalizada em 9 de dezembro de 2019. O financiamento foi adquirido com as instituições financeiras Itaú BBA, Morgan Stanley e Deutsche Bank. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Controladora adquiriu empréstimo de US\$11.000 com o objetivo de financiar o pagamento da parcela de assinatura da aquisição de 9 campos produtores de petróleo e gás na bacia do Recôncavo. Os instrumentos de dívida atualmente em vigor referem-se a leasing financeiro, um financiamento direcionado à inovação com a Finep, empréstimos bancários na Companhia e na controlada Potiguar.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido da mesma (que inclui capital, reservas, reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 15) e endividamentos bancários e com a Finep.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração avalia as eventuais necessidades (ou não) de financiamentos para as suas atividades e programas de investimento, bem como o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

21.2. Categoria de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“non performance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40/IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

- Nível 1 - Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.
- Nível 2 - Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.
- Nível 3 - Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa. A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados como Nível 3 nestas informações trimestrais.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros</u>					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	336.786	11.663	392.406	30.861
Contas a receber de clientes	4	49.426	52.578	165.001	108.733
Aplicações financeiras	3	712.709	9.993	832.691	135.011
Partes relacionadas	16	-	20.460	-	-
Dividendos a receber	16	304	304	-	-
Depósitos judiciais	6	2.514	2.237	2.588	2.311
Valor justo por meio de resultado, porém em estratégia de “hedge” de fluxo de caixa e contabilizados em Outros resultados abrangentes:					
Instrumentos financeiros derivativos (i)	14	-	-	-	137.082
<u>Passivos financeiros</u>					
Custo amortizado:					
Fornecedores	9	44.378	49.022	65.658	80.089
Empréstimos e financiamentos	10	13.790	2.734	787.959	894.040
Dividendos a pagar	15	2	2	2	2
Valores a pagar de arrendamentos	22	9.858	11.095	14.598	22.887
Valor justo por meio de resultado, porém em estratégia de “hedge” de fluxo de caixa e contabilizados em Outros resultados abrangentes:					
Instrumentos financeiros derivativos (i)	14	-	-	448.479	17.886

- (i) Nível 2 - Instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

21.3. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas informações trimestrais e, também, dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos, todos derivativos contratados têm como objetivo mitigar os riscos oriundos das exposições da Companhia em suas atividades.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

Caixa e equivalentes

Os depósitos bancários e investimentos são efetuados em instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovada pela Administração. Estas operações são realizadas com os Bancos do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco Opportunity, Banco Santander S.A., Banco Safra S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco S.A.

Contas a receber

O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

Em decorrência das operações da Companhia e suas controladas Recôncavo e Potiguar estarem vinculadas exclusivamente à Petrobras S.A., os resultados da Companhia e de suas controladas podem ser afetados em virtude da dependência de apenas um cliente.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia tem risco baixo de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com moderada participação de capital de terceiros. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas que julgue adequadas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos e dos instrumentos financeiros, por vencimento, é apresentado a seguir:

<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos (a)	82.437	323.943	327.769	156.974	-	891.123
Instrumentos financeiros derivativos	61.188	200.130	151.179	37.259	-	449.756
Valores a pagar de arrendamentos	6.111	7.338	1.915	927	696	16.987

(a) Fluxo projetado considerando a taxa referencial do contrato futura de acordo com os contratos futuros negociados na B3.

Risco de mercado*Risco de taxa de câmbio*

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira, o que gera exposição às variações nas taxas de câmbio.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, 97,20% (2020, 97%) das receitas operacionais brutas da Companhia e de suas controladas estavam vinculadas à taxa de câmbio do dólar norte-americano no momento do faturamento, dado que se referiam à venda de óleo que está atrelada ao preço do “Brent”, que por sua vez é cotado em dólares norte-americanos. Já a maior parte dos custos da Companhia estava denominada em reais. Além disso, a controlada da Companhia localizada nos Estados Unidos da América, Reconcavo America LLC, possui alguns ativos financeiros em dólar norte-americano (depósitos bancários e aplicações financeiras), os quais são convertidos para reais na data do balanço. A Controlada Potiguar adquiriu em 25 de abril de 2019, empréstimo em dólares norte-americanos com o objetivo de financiar parte do pagamento decorrente da aquisição dos 34 campos produtores de petróleo e gás natural, cuja transação foi finalizada em 9 de dezembro de 2019. O financiamento foi adquirido com as instituições financeiras Itaú BBA, Morgan Stanley e Deutsche Bank. O total contratado foi de US\$232.000, com taxa de juros de 6,3% acima da LIBOR para 3 meses, sendo que o desembolsado até 31 de dezembro de 2019 foi de US\$195.428.

Análise de sensibilidade - moeda estrangeira

Em 30/09/2021 - Saldos	Controladora					
	Risco	Taxa (a)	Exposição em moeda estrangeira - R\$	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Baixa do US\$	5,9179	702.561	764.368	526.923	351.282
<u>Passivo</u>						
Empréstimo e financiamento	Baixa do US\$	5,1979	11.977	13.030	8.983	5.989
Efeito líquido no resultado				<u>60.753</u>	<u>(172.645)</u>	<u>(345.291)</u>
Em 30/09/2021 - Saldos	Consolidado					
	Risco	Taxa (a)	Exposição em moeda estrangeira - R\$	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do US\$	5,9179	8.952	9.741	6.715	4.477
Aplicações financeiras	Baixa do US\$	5,9179	807.993	879.068	605.993	403.995
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	Baixa do US\$	5,9179	811.392	882.769	608.544	405.696
Efeito no resultado				<u>488</u>	<u>(1.389)</u>	<u>(2.777)</u>

(a) A taxa de conversão (R\$ para US\$) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável, foram obtidas no Banco Central do Brasil e corresponde à taxa do dólar para 30 de setembro de 2022. Em 30 de setembro de 2021 a taxa era de R\$5,4394.

(b) O cenário A considera uma desvalorização do dólar norte-americano em 25% sobre o Real e o cenário B uma desvalorização de 50% sobre o dólar efetivo de 30 de setembro de 2021.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus ativos (aplicações) ou passivos (empréstimos) no mercado.

Na ponta ativa, a Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI, bem como possui contratos de mútuo expostos a taxas de juros flutuantes, em sua maioria, vinculadas à variação da LIBOR. Tais contratos de mútuo, todavia, não têm efeito sobre as informações trimestrais consolidadas.

No lado do passivo, os juros são reconhecidos a um spread de 6,3% mais LIBOR para 3 meses.

Análise de sensibilidade - taxas de juros

Na data de encerramento do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas DI com base em taxas implícitas nas cotações de fechamento do contrato de DI futuro referente a setembro de 2022.

Para a LIBOR, foi utilizada a última divulgação feita pela ICE, em 30 de setembro de 2021.

Além do cenário provável, a Companhia apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Controladora					
	Risco	Taxa (a)	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>					
Caixa e equivalentes	Baixa do CDI	9,050%	10.132	2.527	1.685
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	9,050%	918	229	153
Efeito no resultado			7.375	(919)	(1.838)
<u>Consolidado</u>					
	Risco	Taxa (a)	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do CDI	9,050%	10.132	2.527	1.685
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	9,050%	918	229	153
Efeito no resultado			7.375	(919)	(1.838)
<u>Passivo</u>					
Empréstimos e financiamentos	Alta da Libor		863	1.038	1.246
Efeito no resultado			(32)	(208)	(415)

(a) As taxas utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas da B3 e da ICE. e referem-se às taxas estimada para 2021.

(b) Os cenários A e B consideram uma desvalorização do indexador em 25% e 50%, respectivamente, sobre o efeito do CDI e da Libor em 30 de setembro de 2021.

Risco dos preços das “commodities”

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, 97,2% das receitas operacionais brutas da Companhia estavam diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo “Brent”, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos (2020, 95%).

Durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021, 2,8% das receitas operacionais brutas da Companhia estavam diretamente vinculadas ao preço de venda do gás natural (2020, 3%).

Durante o primeiro trimestre de 2021, como forma de se proteger das volatilidades do mercado de petróleo, a Companhia realizou diversos contratos de “hedge”, tendo protegido, durante esse período, um volume de quase 966 mil barris (65% da produção líquida de petróleo do ano) (2020, 926 mil barris, 62% da produção líquida de petróleo do período) a um preço médio de US\$62,40/bbl (2020, US\$64,64/bbl). Esses volumes correspondem aos contratos de “hedge” liquidados durante os períodos mencionados.

Análise de sensibilidade - preços das “commodities”

	Controladora				
	Risco	Preço (a)	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
Receita operacional bruta - Óleo	Baixa do “Brent”	75,71	245.012	164.556	109.161
Total			<u>245.012</u>	<u>164.556</u>	<u>109.161</u>
Provável efeito no resultado			27.818	(52.638)	(108.033)
	Consolidado				
	Risco	Preço (a)	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
Receita operacional bruta - Óleo	Baixa do “Brent”	75,71	1.065.878	763.964	482.296
Receita operacional bruta - Gás	Baixa do “Brent”	75,71	45.992	30.989	20.660
Instrumentos financeiros - “hedge”			(133.349)	62.498	197.342
Total			<u>978.521</u>	<u>857.451</u>	<u>700.298</u>
Provável efeito no resultado			51.058	(70.011)	(227.165)

- (a) Os preços das “commodities” utilizados na tabela de sensibilidade como cenário provável, em dólar norte-americano, foram obtidas na agência de precificação de “commodities” S&P Global Platts e convertidas a real.
- (b) Os cenários A e B consideram uma desvalorização do indexador em 25% e 50% respectivamente sobre o preço do “Brent” demonstrados no cenário real.

A política da Companhia e suas controladas é a de contratar contratos a termo de “commodity” para gerir o risco de preço das “commodities” associado às transações futuras de até 36 meses. No exercício corrente, a controlada Potiguar designou determinados contratos a termo de “commodity” como “hedge” de fluxo de caixa de vendas com alta probabilidade. Uma vez que os termos críticos (isto é, quantidade, vencimento e fator subjacente) dos contratos a termo de “commodity” e seus correspondentes itens objetos de “hedge” são os mesmos, a Companhia conduz uma avaliação qualitativa da efetividade e espera-se que o valor justo dos contratos a termo de “commodity” e o valor dos correspondentes itens objeto de “hedge” mudem sistematicamente na direção oposta em resposta às movimentações no preço da “commodity” subjacente.

A tabela a seguir descreve os contratos a termo de “commodity” em aberto no final do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, bem como as informações relacionadas aos seus correspondentes itens objeto de “hedge”. Os contratos a termo de “commodity” estão apresentados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” no balanço patrimonial (para maiores informações, ver nota explicativa nº 14).

“hedges” de fluxo de caixa

Instrumentos de “hedge” - contratos em aberto	Controladora		
	Preço médio do exercício 30/09/2021	Quantidade 30/09/2021	Valor justo dos instrumentos de “hedge” 30/09/2021
	(US\$/barril)	(Em barris)	(R\$ mil)
Menos de 3 meses	57,82	557.240	(61.171)
De 3 a 6 meses	56,61	510.520	(53.784)
De 6 a 12 meses	54,60	967.408	(96.904)
De 1 a 2 anos	51,92	1.832.839	(173.731)
De 2 a 3 anos	56,23	1.280.000	(62.889)
Total	54,60	5.148.007	(448.479)

Instrumentos de “hedge” - contratos em aberto	Consolidado		
	Preço médio do exercício 30/09/2020	Quantidade 30/09/2020	Valor justo dos instrumentos de “hedge” 30/09/2020
	(US\$/barril)	(Em barris)	(R\$ mil)
Menos de 3 meses	61,24	465.080	49.689
De 3 a 6 meses	59,29	512.410	46.123
De 6 a 12 meses	58,68	981.200	77.869
De 1 a 2 anos	56,82	1.811.168	108.821
De 2 a 3 anos	50,00	1.412.839	16.910
Total	55,95	5.182.697	299.412

22. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

Direito de uso de arrendamento

Custo	Controladora				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Ativos e direitos de uso					
Em 31 de dezembro de 2019	847	29.285	292	7.408	37.832
(+) Adições por novos contratos	111	18.495	207	3.213	22.026
(-) Baixa de contratos	(126)	(37.872)	-	(4.731)	(42.729)
Em 31 de dezembro de 2020	832	9.908	499	5.890	17.129
(+) Adições por novos contratos	3.630	458	694	247	5.029
(-) Baixa de contratos	(343)	(3)	-	(2.619)	(2.965)
Em 30 de setembro de 2021	4.119	10.363	1.193	3.518	19.193

Custo	Controladora				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Total
<u>Depreciação acumulada</u>					
Em 31 de dezembro de 2019	(224)	(8.276)	(33)	(2.410)	(10.943)
Depreciação	(231)	(9.035)	(143)	(1.871)	(11.280)
Baixa de contratos	87	14.182	-	1.353	15.622
Em 31 de dezembro de 2020	(368)	(3.129)	(176)	(2.928)	(6.601)
Depreciação	(451)	(3.388)	(228)	(1.228)	(5.295)
Baixa de contratos	81	-	-	2.620	2.701
Em 30 de setembro de 2021	(738)	(6.517)	(404)	(1.536)	(9.195)
Saldos em 30 de setembro de 2021	<u>3.381</u>	<u>3.846</u>	<u>789</u>	<u>1.982</u>	<u>9.998</u>
Custo	Consolidado				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Total
<u>Ativos e direitos de uso</u>					
Em 31 de dezembro de 2019	1.015	25.139	292	7.408	33.854
(+) Adições por novos contratos	111	27.704	710	5.499	34.024
(-) Baixa de contratos	(154)	(23.799)	(93)	(4.730)	(28.776)
Em 31 de dezembro de 2020	972	29.044	909	8.177	39.102
(+) Adições por novos contratos	3.923	1.099	1.097	2.664	8.783
(-) Baixa de contratos	(345)	(8.236)	-	(2.526)	(11.107)
Em 30 de setembro de 2021	<u>4.550</u>	<u>21.907</u>	<u>2.006</u>	<u>8.315</u>	<u>36.778</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Em 31 de dezembro de 2019	(233)	(3.581)	(33)	(2.411)	(6.258)
Depreciação	(309)	(19.633)	(231)	(3.864)	(24.037)
Baixa de contratos	193	10.327	-	1.353	11.873
Em 31 de dezembro de 2020	(349)	(12.887)	(264)	(4.922)	(18.422)
Depreciação	(606)	(9.906)	(390)	(3.096)	(13.998)
Baixa de contratos	81	6.804	-	2.622	9.507
Em 30 de setembro de 2021	(874)	(15.989)	(654)	(5.396)	(22.913)
Saldos em 30 de setembro de 2021	<u>3.676</u>	<u>5.918</u>	<u>1.352</u>	<u>2.919</u>	<u>13.865</u>

A Companhia e suas controladas arrendam diversos ativos, incluindo imóveis, máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e veículos. O prazo médio de arrendamento é de 5 anos.

Valores a pagar de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o período de seis meses findo em 30 de setembro de 2021, foi a seguinte:

	Controladora				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	597	19.498	274	5.011	25.380
Adições	111	18.542	207	3.166	22.026
Baixa	(45)	(24.736)	(490)	(3.201)	(28.472)
Pagamento	(244)	(10.571)	(87)	(1.805)	(12.707)
Juros pagos	(64)	(1.532)	(76)	(452)	(2.124)
Juros	64	1.532	76	452	2.124
Variação cambial	-	4.868	-	-	4.868
Saldo em 31 de dezembro de 2020	419	7.601	(96)	3.171	11.095
Adições	3.630	458	694	247	5.029
Baixa	(265)	-	-	-	(265)
Pagamento	(1.125)	(3.999)	(178)	(1.400)	(6.702)
Juros pagos	(76)	(379)	(34)	(101)	(590)
Juros	76	379	34	101	590
Variação cambial	18	179	449	55	701
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>2.677</u>	<u>4.239</u>	<u>869</u>	<u>2.073</u>	<u>9.858</u>
Circulante					7.503
Não circulante					2.355

	Consolidado				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	765	20.435	274	4.654	26.128
Adições	111	27.997	464	5.452	34.024
Baixas	(202)	(14.626)	(328)	(2.507)	(17.663)
Pagamento	(182)	(20.221)	(165)	(3.826)	(24.394)
Juros pagos	(213)	(3.192)	(89)	(585)	(4.079)
Juros	213	3.192	89	585	4.079
Variação cambial	-	4.792	-	-	4.792
Saldo em 31 de dezembro de 2020	492	18.377	245	3.773	22.887
Adições	3.927	1.099	1.002	2.755	8.783
Baixas	(265)	(1.810)	-	(123)	(2.198)
Pagamento	(1.192)	(11.416)	(233)	(3.473)	(16.314)
Juros pagos	(86)	(1.369)	(50)	(216)	(1.721)
Juros	86	1.369	50	216	1.721
Variação cambial	24	840	456	120	1.440
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>2.986</u>	<u>7.090</u>	<u>1.470</u>	<u>3.052</u>	<u>14.598</u>
Circulante					11.782
Não circulante					2.816

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2021</u>
<u>Valores a pagar de arrendamento</u>		
Em até 1 ano	7.503	11.782
De 2 a 3 anos	1.873	2.334
De 3 a 4 anos	338	338
De 4 a 5 anos	144	144
Total	<u>9.858</u>	<u>14.598</u>
Passivo circulante	7.503	11.782
Passivo não circulante	2.355	2.816

Outras informações:

<u>Prazo dos contratos</u>	<u>Taxa% a.a.</u>
Em até 1 ano	8,51
De 2 a 3 anos	7,74
De 3 a 4 anos	9,7
De 4 a 5 anos	11,05

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém política de monitoramento dos riscos inerente às suas operações. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, ambientais, responsabilidade civil e outros.

<u>Modalidades</u>	<u>Moeda</u>	<u>Valor Em Risco</u>		<u>Valor Máximo Indenizável</u>	
		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Riscos ambientais	US\$	6.050	12.100	6.050	12.100
Danos materiais	US\$	55.793	99.820	25.100	50.200
Responsabilidade civil	US\$	3.000	6.000	3.000	6.000
D&O Empresarial	R\$	80.000	80.000	80.000	80.000

(*) Conforme apólices de seguros.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo desenvolve atividades única e exclusivamente de extração de Petróleo e Gás Natural (E&P), seja na prestação de serviços, seja na venda de produtos, que representa 100% da receita líquida da Companhia.

As informações reportadas a Administração da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho são revistos mensalmente através dos relatórios gerenciais de resultado que apresentam as despesas por centro de custo. A Administração da Companhia avalia investimentos, gastos, produção, outros indicadores operacionais e toma suas decisões com base nas informações consolidadas de todas as empresas do grupo.

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Conversão de contratos de mútuo em AFAC em controladas	29.150	-	-	-
Adições por novos contratos de IFRS 16	5.029	17.536	8.783	17.808
Dividendos a receber não pagos	-	2.644	-	2.644
Total	<u>34.179</u>	<u>20.180</u>	<u>8.783</u>	<u>20.452</u>

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de outubro de 2021 a Companhia recebeu o comunicado que foi declarada vencedora no âmbito da Chamada Pública para Aquisição de Gás Natural para 2022 e 2023 da Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS.

A próxima etapa no processo será a celebração do contrato de compra e venda de gás natural com a PBGÁS que deverá ter duração de dois anos, para entrega de 50 mil m³/dia de gás natural a partir de janeiro de 2022 e 150 mil m³/dia de gás natural a partir de janeiro de 2023. A Companhia poderá designar a assinatura do contrato para sua subsidiária Potiguar E&P, que será responsável pela produção e pela contratação do processamento e escoamento dos volumes contratados. Dentre as condições precedentes para a concretização do negócio, destaca-se a celebração dos seguintes contratos adicionais pela Companhia: (i) contrato de acesso à infraestrutura de escoamento da Petrobras interligando as instalações de produção da Potiguar E&P até a Unidade de Processamento de Gás Natural da Petrobras em Guamaré ("UPGN Guamaré"); (ii) contrato de Processamento de Gás Natural na UPGN Guamaré; e (iii) contrato de transporte de gás natural junto a TAG, permitindo o transporte do gás natural a partir da UPGN Guamaré até os pontos de entrega ("city gates") determinados pela PBGÁS. Tais contratos se encontram em fase de negociação.